



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
MORRO DO URUBU (ARACAJU/ SE)**

Autor: Turismóloga Joyce Barreto Pinto

Orientador: Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade

Maio – 2008
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
MORRO DO URUBU (ARACAJU/ SE)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autor: Turismóloga Joyce Barreto Pinto

Orientador: Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade

Maio – 2008
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

P659p Pinto, Joyce Barreto
Possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju – SE) / Joyce Barreto Pinto. – São Cristóvão, 2008.
109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade

1. Ecoturismo. 2. Área de Proteção Ambiental – Morro do Urubu – Aracaju, SE. 3. Sustentabilidade ambiental – Unidades de conservação. I. Título.

CDU 502.06:338.48(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
MORRO DO URUBU (ARACAJU/ SE)**

Dissertação de Mestrado defendida por Joyce Barreto Pinto e aprovada no dia 29 de fevereiro de 2008 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Alceu Pedrotti
Universidade Federal de Sergipe/ UFS

Francisco Sandro Rodrigues Holanda
Universidade Federal de Sergipe/ UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe / UFS

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Joyce Barreto Pinto
Universidade Federal de Sergipe / UFS

José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Agradecimentos

Enfim, o momento em que posso externar, subjetivamente, a satisfação em estar perfazendo mais um percurso em minha vida. Caminho este percorrido com muita determinação e paixão.

Costumo dizer que este mestrado foi uma terapia para mim. Uma oportunidade que surgiu num momento de incertezas e que, sem sombra de dúvidas, sem o dedo de Deus e de alguns “anjos terráqueos” não estaria se concretizando nesta ocasião.

Assim, agradeço, primeiramente a Deus pela oportunidade me conferida no momento em que muito precisei.

Agradeço a meus pais, Marta e Júlio, a meu irmão, Julinho, e a toda minha família e amigos de longa data pelo apoio e confiança que depositam em mim.

Aos amigos que fiz nesta jornada, que puderam compartilhar comigo os momentos de alegrias e angústias durante esses anos. Turma de Boa Fé, vocês são mil!!

Meus sinceros agradecimentos ao meu irmão, Julinho, minha prima Daniela, Emerson, Cadu, Lício Valério, Daniela Rocha e Elaine (CEFET/ SE), que contribuíram para a realização deste trabalho de forma direta, colaborando na pesquisa de campo, leituras, críticas e sugestões.

A todos representantes de empresas e órgãos que se dispuseram a colaborar com as entrevistas e a pesquisa de campo, assim como a comunidade do entorno da APA Morro do Urubu.

Por fim, agradeço aos professores do núcleo PRODEMA, em especial ao meu orientador, José Roberto, pelo comprometimento, apoio e confiança.

*“Havia tanto pra lhe contar
A natureza
Mudava a forma, o estado e o lugar
Era absurdo*

*Havia tanto pra lhe mostrar
Era tão belo
Mas olhe agora o estrago em que está*

*Tapetes fartos de folhas e flores
O chão do mundo se varre aqui
Essa idéia do natural ser sujo
Do inorgânico não se faz*

*Destruição é reflexo do humano
Se a ambição desumana o Ser
Essa imagem de infértil deserto
Nunca pensei que chegasse aqui*

*Auto-destrutivos,
Falsas vitimas nocivas?*

*Havia tanto pra aproveitar
Sem poderio
Tantas histórias, tantos sabores
Capins dourados*

*Havia tanto pra respirar
Era tão fino
Naqueles rios a gente banhava*

*Desmatam tudo e reclamam do tempo
Que ironia conflitante ser
Desequilíbrio que alimenta as pragas
Alterado grão, alterado pão*

*Sujamos rios, dependemos das águas
Tanto faz os meios violentos
Luxúria é ética do perverso vivo
Morto por dinheiro*

*Cores, tantas cores
Tais belezas
Foram-se
Versos e estrelas
Tantas fadas que eu não vi*

*Falsos bens, progresso?
Com a mãe, ingratidão
Deram o galinheiro
Pra raposa vigiar”*

Vanessa Da Mata - Absurdo

RESUMO

A atividade turística envolve 52 setores da economia, gerando milhares de empregos e fazendo circular bilhões de dólares. No entanto, provoca também diversos impactos negativos, principalmente no que se refere aos aspectos naturais e culturais. Desde meados da década de 60, quando das primeiras iniciativas contra alguns fatores ligados ao modelo de desenvolvimento vigente e às problemáticas sociais e ambientais provocadas por este, esta realidade vem sofrendo transformações. Atrelado a este fato, surgiram novos segmentos de turismo, ligados à natureza e preocupados com a questão ambiental, a exemplo do ecoturismo. A relação entre meio ambiente e turismo é muito intrínseca, sobretudo quando se fala em unidades de conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê em algumas categorias a intervenção indireta do homem, facilitando a relação com as comunidades envolvidas. O ecoturismo, segmento do turismo que, diante do fortalecimento da consciência ambiental e da procura por melhoria da qualidade de vida, tem ganhado cada vez mais adeptos nos últimos anos, caracterizando-se como uma alternativa ao desenvolvimento das populações entorno, uma vez que ele considera que os benefícios devem contemplar tanto a conservação das áreas visitadas quanto a questão sócio-econômica da comunidade local. Em vista desta realidade, o presente trabalho se propôs a analisar os aspectos naturais e sócio-culturais na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu e possibilidades para o desenvolvimento do ecoturismo local. A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu localiza-se na zona Norte de Aracaju e apresenta a única cobertura vegetal com remanescentes da Mata Atlântica na cidade. Conclui-se que, mesmo incipiente no estado, o ecoturismo, sobretudo na APA Morro do Urubu, tem grandes possibilidades de se transformar em produto ecoturístico.

Palavras-chave: Ecoturismo, unidades de conservação, Morro do Urubu.

ABSTRACT

The tourism involves 52 sectors of the economy, generating thousands of jobs and make billions of dollars being circulated. However, it causes also several negative impacts, particularly with regard to natural and cultural aspects. Since the mid- 60, when the first initiatives against some factors related to the current model of development and to social and environmental problems caused by this, the reality is undergoing changes. Trailing to this fact, it emerged new segments of tourism linked to nature and concerned about the environmental issue, such as ecotourism. The relationship between environment and tourism is very intrinsic, especially when speaking in units of conservation. The National System of Conservation Units (SNUC) provides in some categories the indirect intervention of people, facilitating the relationship with the communities involved. The ecotourism, tourism segment that before the strengthening of environmental awareness and demand for improved quality of life, has gained more supporters in recent years, characterizing itself as an alternative to the development of the people around. It believes that the benefits should cover both the conservation of the areas visited as a socio-economic issue of the local community. In view of this reality, this work is proposed to analyse the natural and socio-cultural aspects in the Area of Environmental Protection Morro do Urubu and possibilities for the development of the ecotourism in this area. The Environmental Protection Area of Morro do Urubu is located in the area north of Aracaju and contains the unique vegetation cover with remnants of Atlantic Forest in the city. It is concluded that even in the nascent state, ecotourism, especially in APA Morro do Urubu has great potential to grow into ecoturístico product.

Key-words: Ecotourism, units of conservation, Morro do Urubu.

SUMÁRIO

NOMENCLATURA	xii
LISTA DE FIGURAS	xiv
LISTA DE QUADROS	xvi
LISTA DE GRÁFICOS	xvii
LISTA DE TABELAS	xviii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 2 – TURISMO E SUSTENTABILIDADE	05
2.1. Considerações Gerais sobre Turismo	06
2.1.1 Impactos do turismo e Planejamento do Turismo Sustentável	13
2.2 Políticas Públicas e a Evolução do Turismo no Contexto Nacional	22
2.2.1 A Atividade Turística no Brasil e em Sergipe	28
2.3 Ecoturismo e a Questão Ambiental no Brasil e em Sergipe	35
2.3.1 Panorama da Questão Ambiental	35
2.3.2 Conservação da Natureza no Brasil e em Sergipe	39
2.3.3 Ecoturismo em Unidades de Conservação	42
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	52
3.1 Área de Estudo	53
3.2 Questões da Pesquisa	53
3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	54
3.4 Seleção da Amostra	56
3.5 Análise e Representação dos Dados	57

CAPÍTULO 4 – ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DO URUBU	58
4.1 A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu	60
4.2 Potencial Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu	64
4.3 Subsídios para o desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu: olhares dos e sobre os três setores	72
4.3.1 Comunidade	72
4.3.2 Órgão Público de Meio Ambiente	79
4.3.2.1 Sistema de Gestão Ambiental para a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu	82
4.3.3 Órgão Público de Turismo	83
4.3.4 Agências de Turismo Receptivo	86
4.4 Propostas para a implementação do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu	88
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES	93
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES	101

NOMENCLATURA

APA – Área de Proteção Ambiental

CNTUR – Conselho Nacional de Turismo

CNUMAD – Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente

DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PLANTUR – Plano Nacional do Turismo

PNMA – Política nacional do Meio Ambiente

PNMT – Programa de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional do Turismo

PRODETUR / NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

UC – Unidade de Conservação

WTTC – World Travel & Tourism Council (Conselho Mundial de Turismo e Viagens)

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Produto Turístico -----	11
Figura 2.2 – Turismo Sustentável -----	18
Figura 2.3 - Macro Programas do Turismo/ PNT 2007-2010 -----	27
Figura 2.4 – Evolução do Conceito de Ecoturismo -----	47
Figura 4.1 – Mapa da APA Morro do Urubu -----	61
Figura 4.2– Vista aérea da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu -----	62
Figura 4.3 – Bairro Portos Dantas -----	63
Figura 4.4 – Remanescente de Mata Atlântica -----	65
Figura 4.5 – Fachada de entrada do Parque José Rollemberg Leite -----	65
Figura 4.6 – Área natural de lazer do Parque José Rollemberg Leite -----	66
Figura 4.7 – Zoológico -----	66
Figura 4.8 – Instalações da Biblioteca -----	67
Figura 4.9 – Fachada do prédio da Administração -----	67
Figura 4.10 – Espaço livre no Parque da Cidade -----	68
Figura 4.11 – Hípica da Cavalaria da Policia Militar -----	68

Figura 4.12 – Mirante	69
Figura 4.13 – Teleférico	69
Figura 4.14 – Bilheteria do Teleférico	70
Figura 4.15 – Trilha na APA Morro do Urubu	71
Figura 4.16 – Placa de identificação da APA e do Parque José Rollemberg Leite	81
Figura 4.17 – Proposta Organizacional para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e para a Gestão Ambiental da APA Morro do Urubu	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1– Critérios para segmentação do turismo -----	9
Quadro 2.2 – Impactos do Turismo -----	16
Quadro 2.3 – Etapas do Planejamento -----	19
Quadro 2.4 – Roteiros Turísticos de Sergipe -----	31
Quadro 2.5 – Rotas Turísticas de Sergipe -----	32
Quadro 2.6 – Programas e Projetos – Plano Estratégico do Turismo de Sergipe 2007-2010 -	33
Quadro 2.7 – Entraves globais ao desenvolvimento sustentável -----	37
Quadro 2.8 – Princípios do Ecoturismo -----	48
Quadro 3.1 - Distribuição da amostragem -----	56
Quadro 4.1 – Análise das potencialidades identificadas na APA Morro do Urubu -----	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 – Gênero dos entrevistados -----	73
Gráfico 4.2 – Ocupação dos entrevistados -----	73
Gráfico 4.3 – Renda dos entrevistados -----	73
Gráfico 4.4 – Local de trabalho dos entrevistados -----	74
Gráfico 4.5 – Escolaridade dos entrevistados -----	74
Gráfico 4.6 – Tempo de residência no entorno da APA -----	76
Gráfico 4.7 – Sentimento em relação à moradia no local -----	76
Gráfico 4.8 – Visitação na Unidade -----	77
Gráfico 4.9 – Usos da Unidade -----	77
Gráfico 4.10 - Avaliação de infra-estrutura e serviços locais -----	78
Gráfico 4.11 – Conhecimento da Área de Proteção Ambiental -----	78
Gráfico 4.12 - Avaliação da preservação da APA e do Parque da Cidade -----	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Motivos para Realização da Principal Viagem Doméstica, por Renda (em %) --30

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento baseado na acumulação de bens e riquezas que permeia no mundo é um dos maiores causadores dos problemas ambientais e sociais. No entanto, desde a década de 60, vem se firmando uma concepção de desenvolvimento que agrega a conservação do meio ambiente natural e das características sócio-culturais de uma população.

Dessa época para cá, diversos acontecimentos tornaram-se muito relevantes tanto para a busca de ações de mitigação dos impactos negativos ao meio sócio-ambiental causados pelo desenvolvimento econômico, quanto para a recuperação dos danos causados pela problemática ambiental quanto para prevenção dos danos, a exemplo da educação ambiental.

O turismo, como segmento econômico, é por um lado “predador do espaço e gerador de agravos ambientais e danos irreversíveis” (Coriolano, 2006, p. 176), além de proporcionar a inclusão/ exclusão através da integração e concentração de grandes conglomerados atuantes nos principais mercados emissores (CORIOLANO, 2006). Esse poder de inclusão/ exclusão e destruição/ conservação vai, no entanto, depender do planejamento, a fim de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos.

Assim, a sustentabilidade é a palavra da vez tanto para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida, quanto para a conservação ambiental (e cultural) e para o desenvolvimento econômico das localidades.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 destaca a questão da inclusão social, visto que a atividade pode proporcionar melhorias socioeconômicas para as populações residentes em locais onde se desenvolva o turismo com base na sustentabilidade.

Diante da realidade em que se encontra o mundo, com todas as problemáticas em torno da questão ambiental e da situação acerca da preservação e do desenvolvimento do turismo no estado de Sergipe, torna-se cada vez mais relevante o estudo das possibilidades de uma interação entre a atividade turística e a preservação dos recursos naturais, que são considerados um dos principais atrativos turísticos de uma região.

O Estado de Sergipe possui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo em ambientes naturais, sobretudo o ecoturismo. A maioria dos roteiros comercializados em âmbito estadual contempla recursos naturais como praias, dunas, rios e manguezais. No entanto, tem-se despertado ultimamente para roteiros mais alternativos e com um contato mais intrínseco entre homem e natureza, a exemplo da Serra de Itabaiana. Assim, observa-se a necessidade e o interesse em novos roteiros e destinos no Estado, levando em conta, inclusive, a conservação destes ambientes e a inclusão das comunidades.

Por se tratar de uma unidade de conservação em área urbana, a Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu corre sérios riscos de não atender aos objetivos conservacionistas. Trata-se de uma unidade de conservação localizada na zona norte da capital sergipana e conta com o último remanescente de mata atlântica do perímetro de Aracaju, em uma área de 213, 8724 ha (duzentos e treze hectares, oitenta e sete ares e 24 centiares).

Diante desses fatos e da situação socioeconômica da região norte da cidade de Aracaju, caracterizada, dentre outras, por uma parcela da população com média de salários inferior à média da população de Aracaju, além da intensidade de invasões nas áreas ao redor do morro, o desenvolvimento do ecoturismo na APA seria uma alternativa capaz de mobilizar a comunidade e os visitantes para a preservação do meio ambiente, em especial da unidade de conservação em destaque (tanto através de educação ambiental quanto de recuperação de áreas degradadas), além de gerar empregos para a população do entorno e promover o bem estar dos agentes envolvidos. Por outro lado, contribuirá também para o incremento da atividade turística em Sergipe, por estar desenvolvendo novos produtos para o turismo do estado.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é “analisar aspectos naturais e sócio-culturais na área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju /SE) e possibilidades para o desenvolvimento do ecoturismo local”. Os específicos são:

- Levantar e caracterizar os aspectos sócio-culturais e ambientais da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu;

- Caracterizar como a comunidade local e a iniciativa privada relacionam-se com a área da APA Morro do Urubu;

- Identificar estratégias para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo local.

Por tratar da relação da atividade turística com o meio ambiente, o presente trabalho analisa aspectos potenciais para a prática da atividade, possibilidades e desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável. Diante disso, seu referencial teórico está dividido em três partes, as quais abordam assuntos que permitem fundamentar o estudo a ser desenvolvido.

Nesse contexto a pesquisa vai abordar temas relacionados ao turismo, à sustentabilidade, às unidades de conservação e ao ecoturismo.

O **Capítulo 1** apresenta uma breve introdução acerca do trabalho, assim como seus objetivos.

O **Capítulo 2** aborda assuntos relacionados ao Turismo e Sustentabilidade. São tratados assuntos básicos do turismo, conceitos, histórico, além dos impactos do fenômeno e o processo de planejamento para a implementação da atividade. Apresenta também a evolução do Turismo no contexto nacional através das políticas públicas do país para a atividade. Traz também a realidade do de Sergipe, identificando características do turismo no Estado, como perfil da demanda e oferta. Fala ainda da questão ambiental no mundo, da conservação da natureza no Brasil e em Sergipe e os temas ecoturismo e unidades de conservação.

No **Capítulo 3**, são abordados os métodos e técnicas utilizados para a realização desta pesquisa.

Por fim, o **Capítulo 4** consiste dos resultados obtidos com a realização das pesquisas e as discussões acerca dos mesmos.

CAPÍTULO 2

TURISMO E SUSTENTABILIDADE

2.1 Considerações gerais sobre turismo

O turismo tornou-se um fenômeno bastante importante para o desenvolvimento econômico de uma localidade ou região. Sua natureza heterogênea caracteriza-se por englobar diversos setores da economia e por também ser considerado como uma prática social e cultural, capaz de proporcionar experiências e interações sociais entre os agentes, agregada à sua abrangência e seus diferentes modos de serem planejados e desenvolvidos. Além disso, seu conceito é resultado de diversas controvérsias.

A atividade turística começou a ser estudada no Brasil há menos de quarenta anos, quando da criação do primeiro curso superior de turismo, na década de 70. Tal fato, faz com que este seja um ramo de estudo da ciência social aplicada bastante recente.

Para melhor entender a atividade turística é interessante recorrer à análise da evolução das viagens no mundo.

Segundo Ignarra (2003), o hábito de viajar para outras localidades, seja por qual motivo for, data da Idade Antiga. Neste período, as viagens aconteciam principalmente por motivações econômicas, resultantes da necessidade de comércio com outros povos, o que não impossibilita dizer que os antigos viajavam também por motivos de ordem religiosa e de lazer, para contemplar as pirâmides do Egito e participar dos jogos olímpicos na Grécia Antiga, por exemplo.

Durante a Idade Média, devido às invasões bárbaras e à queda do Império Romano, as viagens sofreram grande declínio. Isso porque a formação dos feudos dificultava a integração entre as regiões do ponto de vista econômico, dentre outros. Como exceções, aconteciam as expedições das Cruzadas e das viagens de cunho cultural realizadas pelos jovens de famílias nobres que iam estudar nos grandes centros culturais da Europa, além dos deslocamentos por motivos religiosos.

No contexto do surgimento da ciência no século XVII, passou-se a viajar com a finalidade de se descobrir novos lugares. A idéia de progresso de Bacon (1561-1626) deu ao mundo a oportunidade de se avançar no conhecimento, dentre eles o conhecimento de novos

territórios. Além disso, na época, tornaram-se comum as viagens de até três anos realizadas pelos jovens nobres ingleses, acompanhados por instrutores pela Europa, Grécia e Oriente Médio. Tais viagens ficaram conhecidas como *grand tour* e teve como principais pontos de visita o Coliseu, a Torre de Pisa, o templo de Atenas na Grécia, as pirâmides do Egito, dentre outros (DIAS, 2005). Todavia, o grande impulso das viagens se deu entre os séculos XVIII e XIX, com o advento do capitalismo comercial, do crescimento industrial e do avanço da tecnologia. Para Lickorish e Jenkins (2000, p. 28) a melhoria na alfabetização e, conseqüentemente, na comunicação, foram fatores importantes para a demanda por viagens no intuito de conhecer novos países e encontrar pessoas.

A atividade turística como atividade econômica é datada do período da Revolução Industrial, já que foi a partir dessa época que o turismo foi transformado num “fenômeno mundial de massas” (SEABRA, 2001, p.13).

A evolução do turismo está bastante atrelada ao desenvolvimento dos transportes. Com o aperfeiçoamento dos meios de locomoção, o turismo foi ganhando cada vez mais espaço e adeptos. Conforme Dias (2005), a invenção do trem e das ferrovias possibilitou um aumento de viajantes e de segurança e conforto nas viagens.

Apesar de as ferrovias já oferecerem viagens de excursão, desviando-se dos primeiros objetivos do transporte que eram o carregamento de carga, o responsável pela organização do primeiro pacote turístico agenciado no mundo, no ano de 1841, foi Thomas Cook. O pacote já incluía transporte, acomodação e atividades no local de destino. Este é o início do turismo moderno que trouxe para a atualidade, entre outras contribuições, a introdução do conceito de excursão organizada, a participação de profissionais acompanhando grupos – os guias de turismo – e a criação dos cupons de hotel, conhecidos atualmente como *voucher*.

O termo turismo começa a ser utilizado em meados dos séculos XIX e XX. Primeiramente, foi utilizado o conceito de lazer, que tem origem em finais do século XIX. Com a revolução industrial, a produção em série provocou uma necessidade de ter pessoas que consumissem tais produtos e fizessem girar a economia, tornando-se o tempo livre (e logo em seguida as férias) uma alternativa para o mercado de consumo. Nesse contexto, surge o turismo propriamente dito. Apesar de muitas definições ao longo dos tempos, desde o início

do século XX, o turismo hoje é definido, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT – como o “as atividades das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, por lazer, trabalho ou outras razões” (COOPER et al, 2001, p. 42). Atividades estas, relacionadas aos transportes, lazer, hospedagens, alimentação, circulação e venda de produtos, atividades culturais, entretenimento, dentre outros.

O tempo livre e as garantias dos direitos dos trabalhadores de usufruírem deste tempo (férias e aumento das rendas reais), a partir da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, provocaram um grande impulsionamento das viagens cada vez mais intensas, caracterizando, assim, um incremento do turismo contemporâneo.

A partir do período entre guerras, as viagens se intensificaram ainda mais, principalmente as terrestres, realizadas com automóveis. Entre as décadas de 40 e 50 a aviação se incorpora às viagens turísticas, tornando-se um dos meios de transporte mais utilizados devido à comodidade, o conforto, a curta duração da viagem, entre outros fatores.

O turismo passa a ser considerado a “indústria de serviços” que está ao alcance das diversas classes trabalhadoras, embora se torne mais comum em pessoas de classe média e média alta devido a sua absorção pelo capitalismo. A dominação do sistema capitalista exige cada vez mais que os serviços sejam prestados de forma mais responsável, atendendo às expectativas dos consumidores, que estão muito mais exigentes. Tal fato colabora para a modernização dos sistemas nas agências de viagens e redes hoteleiras, além da integração entre esses setores, iniciada depois das guerras mundiais.

Assim como a modernização dos transportes, a tecnologia em sistemas de informação também contribuiu para alavancar a atividade turística. Por outro lado, o modelo de vida atual das pessoas vem provocando problemas de saúde, principalmente atrelados ao estresse do cotidiano, o que colabora para a procura por roteiros turísticos mais alternativos. Esse fato ocorre desde a década de 90, acompanhado por uma consciência ambiental também maior e pela procura do contato turista/ comunidade.

A gama de atrativos, serviços, produtos e tipos de infra-estrutura existentes no turismo exigem a segmentação da atividade. Essa segmentação leva em conta também fatores

relacionados ao agente principal, o turista. Os agentes do turismo constituem-se dos turistas ou excursionistas, dos prestadores de serviços, do governo e da comunidade. O turista é aquele que viaja com o objetivo de recreação, porém que permanece no mínimo 24 horas no destino. O excursionista ou turista de um dia são aqueles que viajam com o mesmo objetivo do turista, mas não pernoitam na localidade turística. Os prestadores de serviços, governo e comunidade serão abordados ao longo do trabalho, principalmente ao serem tratados os impactos econômicos do turismo, as políticas públicas e o turismo sustentável e ecoturismo, respectivamente.

Tecnicamente, pode-se dizer que a segmentação do turismo pode ser estabelecida através de elementos da oferta e de variáveis da demanda. O quadro 2.1 demonstra os principais critérios para a segmentação do turismo levando em consideração as características da demanda.

Quadro 2.1– Critérios para segmentação do turismo

CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO
Geográfico	Região, Habitat, População, Clima
Sociodemográfico	Idade, Sexo, Tamanho da unidade familiar, Ciclo de vida familiar, Renda, Nível socioprofissional, Formação e nível educacional, Nacionalidade
Motivo da Viagem	Lazer, Profissional, Outros
Psicográfico	Estilo de vida, personalidade.
Comportamento	Motivação de compra, Frequência de uso, Fontes de informação, Atitude sobre produto, Fidelidade à marca, Sensibilidade aos fatores de marketing

Fonte: Adaptado de DIAS, 2005, p. 69.

A Cartilha de Segmentação do Ministério do Turismo (disponível em www.turismo.gov.br) classifica as variáveis de demanda como sendo: fatores demográficos (idade e sexo), fatores sociológicos (profissão, crenças religiosas, nível cultural, estado civil, formação educacional), fatores econômicos (renda) e fatores turísticos (transporte e alojamento utilizado, destinos preferidos, objetivo e duração da viagem, atividades de entretenimento).

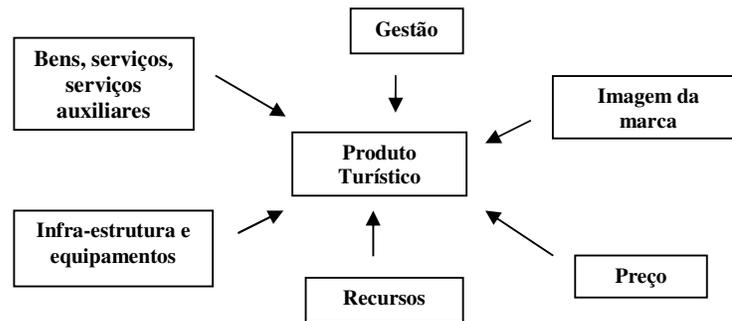
A segmentação turística estabelecida a partir da oferta é definida pelos tipos de turismo que se baseiam, como já comentado, nos serviços, atrativos, produtos e tipos de infraestrutura. Cabe por bem, primeiramente, conceituar alguns termos mencionados.

Segundo Cooper (2001, p.56), os conceitos de demanda variam de acordo com os autores. Ele coloca que economistas, geógrafos, psicólogos abordam o tema de formas diferente, porém todas úteis. Do ponto de vista dos economistas, é tratada como sendo “a relação da quantidade de qualquer produto ou serviço que as pessoas queiram comprar por cada preço específico durante um determinado período de tempo”, que descreve a relação entre demanda e preço. Para os geógrafos, caracteriza-se pelo “número total de pessoas que viajam, ou gostariam de viajar, para utilizar instalações e serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho”. Tal definição implica nos conceitos de demanda efetiva – a que já consome determinado produto turístico – e demanda potencial – aquela que tem condições de consumir o produto, mas não o fez devido algum dos fatores de influência da demanda (preço do produto, preço dos produtos concorrentes, renda do consumidor, nível de investimento em divulgação, variações climáticas, disponibilidade de tempo etc). Já os psicólogos levam em consideração a motivação comportamental, o que proporciona examinar a interação entre personalidade, ambiente e demanda turística.

A oferta turística compreende um conjunto de bens, serviços, recursos, infraestrutura turística a serem oferecidos por um dado preço e em dado período de tempo.

Lage e Milone (2000, p. 28) definem serviços e equipamentos turísticos como “o conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística” (meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações, dentre outros voltados para o atendimento ao turista).

Atrativo turístico, por sua vez, “é todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-lo” (LAGE e MILONE, 2000, p. 28). Já o produto turístico caracteriza-se pelos bens e serviços produzidos para atender às necessidades dos consumidores nas atividades de viagens e lazer. A figura 2.1 mostra a composição do produto turístico (LAGE e MILONE, 2000, p. 25).

Figura 2.1 - Produto Turístico

Fonte: Adaptado de Ignarra (2003)

Vale também ressaltar os equipamentos de apoio turístico, considerados por Ignarra (2003) como pré-condição para o desenvolvimento turístico. Para Lage e Milone (2000, p. 29) caracteriza-se por todo o conjunto de obras e instalações de estrutura física básica, tais como sistema de comunicações, transporte e serviços urbanos (água, energia, esgoto, limpeza e sinalização urbana etc).

Conforme o exposto, podemos classificar os segmentos da atividade turística de acordo com a oferta turística e conforme a Cartilha de Segmentação do Ministério do Turismo em: turismo social, ecoturismo, turismo cultural, náutico, de esportes, de estudos e intercâmbio, de aventura, de pesca, de sol e praia, rural, de eventos e negócios e de saúde.

Definido como “a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”, o turismo social é considerado pelo Ministério do Turismo como uma atividade que deve atender a todos os demais segmentos de forma transversal.

O ecoturismo, segundo o documento, toma como base a definição das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, e será melhor detalhado no capítulo 2.

O turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Insere-se neste segmento atividades de cunho cívico, religioso, místico e esotérico, étnico e gastronômico.

O turismo náutico “caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas (balsa; - bote; - escuna; - flutuante; - hovercraft; - jangada; - lancha; - saveiro; - traineira; - veleira; - iate; - moto aquática e similares; - barça; - chato e - outras embarcações) como finalidade da movimentação turística”. Insere-se nesta categoria o turismo fluvial, o marítimo, em represa e o lacustre ¹.

O turismo de esportes compreende “as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas ²”.

O turismo de estudos e intercâmbio “constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional”.

O turismo de aventura “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”. Era uma prática bastante associada ao ecoturismo, mas que hoje conta com características próprias, o que tem contribuído para a formulação e execução de políticas públicas ligadas diretamente à atividade, principalmente relacionadas à segurança. Acontecem em ambientes naturais ou construídos, rurais ou urbanos, protegidos ou não, todavia devem preocupar-se em evitar e minimizar possíveis impactos negativos ao ambiente, além de respeitar e valorizar as características das comunidades receptoras.

O turismo de pesca “compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora”.

¹ Ver mais em Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais, p. 33.

² Ver mais em Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais, p. 23.

O turismo de sol e praia engloba as atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, sejam elas marítimas, fluviais, lacustres ou artificiais, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

O turismo rural caracteriza-se pelo “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

O turismo de negócios e eventos “compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social”.

Por fim, o turismo de saúde envolve as atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos. Outras denominações como turismo hidrotermal, turismo hidromineral, turismo hidroterápico, turismo termal, termalismo, turismo de bem-estar, turismo de águas e vários outros podem ser compreendidos como turismo de saúde.

2.1.1 Impactos do turismo e Planejamento do Turismo Sustentável

Durante muitos anos, o turismo foi visto como um fenômeno altamente positivo tanto pelo seu aspecto econômico, quanto por se tratar de um fenômeno sociocultural (DIAS, 2005). Esta concepção vem mudando, principalmente pelo fato de ser reconhecida também sua característica influenciadora no meio ambiente. De fato, a atividade turística compreende todas estas dimensões, causando impactos – positivos e negativos – a todos os campos citados.

Por ser uma atividade de prestação de serviços que engloba 52 setores produtivos da economia, o turismo é capaz de gerar diversos empregos, sejam eles diretos, indiretos, induzidos ou temporários. Os empregos diretamente ligados ao turismo são aqueles situados nos segmentos de hospedagem, agências de viagens, alimentos e bebidas (restaurantes, bares

etc), recreação, dentre outros. Os indiretos são aqueles criados em função dos gastos e necessidades de atendimento para turistas em outros setores, como supermercados, farmácias, postos de gasolina etc. Já os empregos induzidos se caracterizam como os que são criados em função do gasto dos residentes devido à renda obtida com e para o turismo, a exemplo das escolas de idiomas. Quanto aos empregos temporários, podemos citar aqueles que são gerados com a construção de equipamentos de infra-estruturas turística e urbana, como hotéis e estradas, respectivamente (DIAS, 2005).

Diante desse fato, percebe-se que o turismo é capaz de movimentar um efeito multiplicador na economia, pois uma vez gerando empregos diretos e indiretos, vai provocar gastos em outros setores da economia (não ligados diretamente à atividade), proporcionando, assim, a geração de novos empregos nestes, resultando numa redistribuição da renda. Além disso, provoca a arrecadação de impostos e encargos para a construção e manutenção de infra-estrutura e equipamentos, melhorando a qualidade de vida das populações receptoras. Conforme Ignarra (2003, p. 146) estima-se que de cada 11 (onze) trabalhadores um está empregado no setor de viagens e turismo. Ele coloca também que, segundo a WTTC (World Travel & Tourism Council) no ano de 2001 o turismo gerou US\$ 12,9 bilhões no Brasil de impostos.

Outro fator determinante da economia do turismo são os efeitos sobre importação e exportação. “O turista que sai do país gasta seu dinheiro fora deste, como se comprasse uma mercadoria do estrangeiro. Já o turista que entra no país, ao contrário, gasta dinheiro ganho fora, portanto trazendo divisas iguais às geradas por uma exportação” (BARRETO, 2000, p. 18). Tal efeito repercute na balança comercial.

A influência do turismo sobre os preços é outro impacto econômico, porém não tão benéfico quanto os citados anteriormente. A depender da demanda e oferta turística, além da sazonalidade (alteração dos períodos de alta e baixa temporada), os preços podem variar muito, provocando, muitas vezes, inflação sobre os serviços e produtos consumidos pelos turistas, que atinge também aos moradores das localidades, já que estes consomem muitos dos serviços turísticos.

Um outro impacto relacionado à economia do turismo, mas que acaba por provocar danos ao aspecto social de uma localidade, está relacionado à priorização dos

investimentos em infra-estrutura turística (empreendimentos hoteleiros, aeroportos...) ao invés de infra-estrutura social ligada à educação, saúde local, segurança (hospitais, creches, escolas etc).

Socioculturalmente, a atividade turística traz diversos benefícios às pessoas que viajam e às que recebem os turistas. As relações interpessoais que o turismo provoca são importantes tanto pelo aspecto psicológico do turista, que passa a ter um sentimento de liberdade, modificando seu comportamento, muitas vezes agindo de forma mais espontânea, fugindo às regras impostas pelas normas e valores da sociedade (o que a partir de certo ponto pode ser prejudicial). Além disso, o intercâmbio de informações e inovações repercute positivamente em ambos os lados (comunidade e visitante) e a herança cultural passa a ser conservada a partir do momento em que a comunidade entende que seus costumes se caracterizam como um importante recurso turístico. Conforme Dias (2005, p. 119), a troca de informações torna-se um fator de difusão tecnológica, social e cultural fundamental no processo de globalização.

Apesar dos benefícios do turismo no campo sociocultural, é notório também que, com a atividade, há uma tendência de ocorrer choques culturais entre os atores sociais no que diz respeito às diferenças de grupos étnicos e religiosos, valores, estilos de vida, padrões de consumo, além de manifestações de etnocentrismo³. Outros fatores que se caracterizam como sendo impactos negativos do turismo em relação ao aspecto sociocultural é o comprometimento da infra-estrutura como abastecimento de água, luz, assim como saturação do comércio local (supermercados, farmácias etc) e os problemas de saúde, muitas vezes causados por visitantes advindos de locais com epidemias ou devido ao esgotamento de infra-estrutura que pode acarretar, dentre outros, num problema de abastecimento de água potável, provocando a transmissão de doenças.

O Quadro 2.2 exemplifica alguns impactos negativos e positivos do turismo nos campos citados, como também os efeitos ambientais provocados pela atividade.

³ O etnocentrismo caracteriza-se pelo julgamento da cultura e hábitos alheios como sendo inferior a de quem o faz.

Quadro 2.2 – Impactos do Turismo

EFEITOS	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de renda. • Criação de empregos. Estabilização da balança de pagamentos. • Distribuição de renda. Catalisador de outros setores econômicos. Proporciona novas áreas de lazer, atividades culturais e zonas comerciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da infraestrutura exclusivamente para o turismo. • Inflação e aumento geral dos preços. • Especulação imobiliária. • Aumento do custo dos serviços públicos. • Distorção no desenvolvimento de outros setores econômicos.
Socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> • Justifica a conservação dos recursos culturais de modo geral. • Financiamento de infraestruturas utilizadas por turistas e residentes. • Melhora o conhecimento da cultura local. • Contribui para a criação de identidade de uma comunidade (ou sua consolidação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre turistas e residentes. • Falsa autenticidade.. • Efeito demonstração com a adoção de estilos de vida e hábitos e costumes dos visitantes. • Aumento da criminalidade.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Justifica a conservação dos recursos naturais. • Contribui para o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deterioração física do ambiente. • Prejudica a paisagem com o desenvolvimento arquitetônico não-integrado. • Aumento da poluição de modo geral e da contaminação. • Causa transtorno ao ciclo de vida natural.

Fonte: DIAS (2005, p. 111) apud Bigné, Font e Andreu (2000).

A falsa autenticidade acontece quando costumes não característicos de determinada comunidade são utilizados como atrativos turísticos culturais tradicionais. Um exemplo comum é a comercialização de artesanato que, muitas vezes, não são confeccionados pelos moradores, mas sim por artesãos dos mais variados locais e comunidades.

O efeito demonstração com a adoção de estilos de vida e hábitos e costumes dos visitantes é resultado da interação dos atores (turistas e moradores locais), provocando mudanças no comportamento característico das comunidades receptoras pela visualização de hábitos e costumes dos visitantes percebidos como padrões pela sociedade globalizada.

Os recursos naturais se constituem em um dos principais atrativos turísticos de uma região, além de que os mesmos são utilizados também para o desenvolvimento da atividade turística, como construção de infra-estrutura turística e são influenciados pelos deslocamentos de pessoas para fins turísticos. Diante disso, é notório que o turismo provoca diversos impactos ao meio ambiente natural.

Dias (2005) aponta que o turismo provoca prejuízo aos recursos naturais ao consumir grande quantidade de água, gerar resíduos sólidos e lixo, além de recursos para a construção de infra-estrutura turística. Fala também que causa o aumento da poluição seja esta do ar, sonora, visual ou pelo próprio lixo; o desflorestamento e a utilização insustentável dos espaços para o desenvolvimento dos equipamentos e infra-estrutura necessários ao turismo; impactos físicos da atividade, como o pisoteamento do solo. A perda da biodiversidade e alterações no ecossistema pela presença dos visitantes (daí a importância que se leve em consideração a capacidade de suporte do ambiente); além do aumento do efeito estufa, provocado pela emissão excessiva de gás carbônico, principalmente pela queima de combustíveis fósseis como o óleo e a gasolina, também são impactos provocados pelo turismo, segundo o autor.

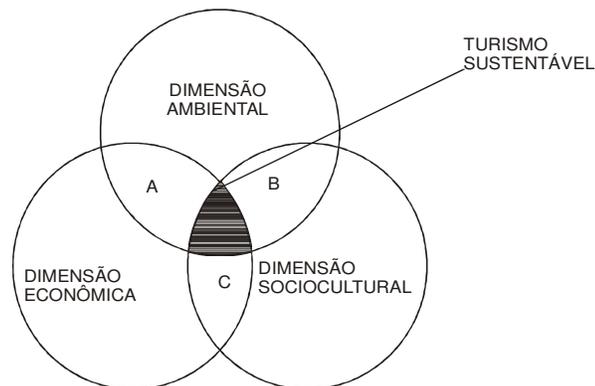
Diante de todos esses problemas, que são também causados por inúmeras outras atividades econômicas, e do contexto de discussão das problemáticas ambientais, intensificada por volta dos anos 60, vem-se buscando utilizar alternativas que possam minimizar os impactos negativos causados pelo turismo, principalmente os relacionados ao meio físico e sócio cultural.

Apesar da gama de impactos negativos provocados, o turismo, se bem planejado e gerenciado, ainda caracteriza-se como sendo uma alternativa para se desenvolver uma região, proporcionando empregos e renda para a comunidade, melhorias na qualidade de vida, intercâmbio cultural, conservação do meio ambiente natural e das heranças culturais. Com o despertar para a consciência ambiental, os consumidores dos produtos turísticos passaram a ser mais exigentes tanto com a conservação dos recursos naturais e culturais quanto com a qualidade dos serviços prestados. Assim, os recursos turísticos (naturais e culturais) só se apresentam como atrativos para os turistas se bem conservados.

Nesse contexto e com o advento das discussões acerca do desenvolvimento sustentável, o turismo passa a ser estudado não só como alternativa econômica para as populações, mas também como ferramenta para a conservação do meio ambiente, seja através do planejamento, respeitando os limites dos recursos naturais, seja pela educação ambiental de comunidades e visitante (através da interpretação da natureza) e pela sensibilização dos atores sociais para a prática da conservação e respeito ao meio ambiente natural e às comunidades, despertando também o sentimento de pertencimento à localidade e ao meio em geral, já que se está inserido nele.

Assim, é importante caracterizar o desenvolvimento do turismo sustentável, que consiste no planejamento discutido de forma sistêmica, procurando atender à sustentabilidade envolvendo as dimensões sociocultural, econômica e ambiental, como mostra a Figura 2.2.

Figura 2.2 – Turismo Sustentável



Fonte: DIAS, 2005, p. 110 (adaptada de Siart, 2003)

Segundo Kinker (2005, p. 17) apud Wall (1997) o turismo sustentável pode ser definido como

aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que, se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o ambiente de que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário servindo de base para uma diversificação da economia local.

O planejamento do sistema turístico deve ter o objetivo de estruturar um destino de modo que a atividade aumente a qualidade de vida da localidade na qual irá se desenvolver

o turismo, buscando amenizar os impactos negativos e intensificar os positivos, dentro das premissas da sustentabilidade.

A prática do planejamento, nos âmbitos dos níveis tático e estratégico, torna-se de grande relevância para o desenvolvimento do turismo, pois, na maioria das vezes, os administradores públicos e privados pretendem um retorno muito rápido dos benefícios desta atividade. Isso pode, e geralmente causa, diversos problemas para a atividade, como exemplo, a degradação dos recursos naturais e culturais, que são importantes potenciais turísticos, e a insatisfação dos consumidores provocada por essa destruição ou pelo abuso dos empresários quanto ao alto valor pelos serviços, além do mau atendimento.

Petrocchi (2002, p. 19) conceitua o planejamento como sendo “a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”. Para ele, o planejamento envolve dez etapas, a saber: análise macroambiental, elaboração do diagnóstico, definição dos objetivos, determinação das prioridades, identificação dos obstáculos e dificuldades, criação dos mecanismos, dimensionamento dos recursos necessários, estabelecimento das responsabilidades, projeção do cronograma e estabelecimento de pontos de controle.

Quadro 2.3 – Etapas do Planejamento

ITEM	ETAPA	AÇÕES
1	Análise macroambiental	conhecer o entorno, o mercado e a situação interna
2	Elaboração do diagnóstico	sumário que reflete os levantamentos da análise macroambiental
3	Definir objetivos	o que se deve atingir
4	Determinar as prioridades	o que é mais importante, em que ordem
5	Identificar os obstáculos, as dificuldades	listar quais são, sua intensidade, influência sobre os resultados
6	Criar os meios, os mecanismos	visam minimizar obstáculos, analisar e escolher alternativas
7	Dimensionar os recursos necessários	quantificar os recursos, em que ordem de necessidade
8	Estabelecer responsabilidades	especificar volumes, padrões, fluxos, áreas críticas etc.
9	Projetar cronograma	definir prazos de execução, volumes de produção, custos, parâmetros etc
10	Estabelecer pontos de controle	escolher áreas-chave, estabelecer critérios

Fonte: Adaptado de Petrocchi (2002, p. 51)

Beni (2000, p. 167) afirma que

o setor de turismo demanda um tipo de planejamento que a que se agrega a palavra integrado, indicando, com isso, que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e seqüencialmente ajustados, a fim de produzir o alcance das metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente passar a ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

O processo de planejamento estratégico e integrado do desenvolvimento sustentável do turismo de Beni compreende um estudo preliminar, o diagnóstico e o prognóstico.

No estudo preliminar cabem:

- A identificação e a descrição da ordenação geopolítica e administrativa da região ou da área de estudo;
- Um inventário dos recursos naturais e culturais, assim como da infra-estrutura turística e de apoio;
- Pesquisa do perfil socioeconômico da região ou área de estudo;
- Contextualização da atividade turística na região ou área;
- Observação das tendências do tráfego turístico (local, regional, nacional, internacional).

No diagnóstico, busca-se:

- Analisar os recursos naturais e o patrimônio cultural da região para a sustentabilidade do turismo;
- Caracterizar e analisar a estrutura social, classificando-a segundo o processo de ocupação territorial e a medida da participação da comunidade na produção de bens e serviços e nas atividades turísticas;
- Dimensionar e analisar a estrutura econômica do setor (nível de emprego, volume de investimentos, rentabilidade e consumo);
- Caracterizar e analisar a estrutura político-institucional do turismo na região, nos setores público e privado;
- Dimensionar e analisar a infra-estrutura regional urbana e de acesso para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativa;
- Utilizar indicadores estatísticos e teorométricos para identificar a situação atual e projetar os cenários futuros do comportamento do mercado;

- Caracterizar e dimensionar a oferta regional existente e/ ou projetada de alojamentos, transportes, equipamentos, instalações e serviços;
- Identificar e caracterizar o diferencial turístico regional para a estruturação das políticas de marketing e de fixação de segmentos do mercado e consumo;
- Caracterizar, classificar e quantificar a demanda atual e futura de bens e serviços turísticos;
- Identificar desequilíbrios entre oferta e demanda do turismo na região.

Fazem parte do prognóstico as seguintes ações:

- Formular políticas e diretrizes de reorientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do turismo na região;
- Estabelecer metas e projetos específicos para garantir a integração da sustentabilidade do desenvolvimento econômico, turístico e social, da área objeto de estudo, observados seus componentes intersetoriais;
- Adotar programas que levem ao desenvolvimento sustentável do produto turístico regional, com eficiência, qualidade e competitividade.

2.2 Políticas Públicas e a Evolução do Turismo no Contexto Nacional

O desenvolvimento do turismo no Brasil tem evoluído de forma positiva durante os últimos anos. Dentre outros fatores, a implementação de políticas públicas, que se caracterizam como ferramentas essenciais para o planejamento do turismo, uma vez que o planejamento é indispensável para a política pública e esta constitui uma prática do planejamento, tem contribuído para esta evolução.

Segundo Rua (1999), políticas públicas são resultados do conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos. A autora complementa que compreendem o conjunto das decisões e das ações relativas à alocação imperativa de valores. Assim, as políticas públicas apresentam duas características gerais, a saber: “a busca do consenso em torno do que se pretende fazer e deixar de ser feito e a definição de normas tanto para a ação quanto para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais” (AZEVEDO, 2003)

No que cerne a política de turismo, Dias *apud* Goeldner, Ritch e McIntosh a define como

um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (DIAS, 2003, p. 121)

Dessa forma, várias são as decisões, os projetos e programas que visam ao desenvolvimento da atividade turística, procurando o benefício dos diversos atores políticos, que são, de acordo com Rua (1999), “todos que têm algo a ganhar ou a perder com as decisões relativas a uma política”. Os atores políticos são classificados, pela autora, como atores públicos e atores privados. Os primeiros correspondem aos políticos e os burocratas (aqueles que ocupam cargos que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de carreira pública), já os segundos são os empresários e os trabalhadores, que estão, em sua maioria, representados pelos sindicatos, organizações não-governamentais e até mesmo igrejas. Há ainda que se destacar a existência das agências internacionais, que são

agentes financeiros, a exemplo do FMI e o Banco Mundial, e da mídia, que se apresentam na condição de formadores de opinião e de mobilização de outros atores.

No Brasil, as políticas públicas de turismo têm início na década de 30. O decreto-lei nº 406, de 1938, previa as autorizações governamentais para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias (DIAS, 2003, p.128). Pouco mais de um ano depois foi criada a Divisão de Turismo (decreto-lei nº 1.915/ 1939), considerada o primeiro órgão de turismo da administração pública federal. Caracterizada por preocupar-se com todo o conjunto de serviços que o turismo engloba, a Divisão de Turismo tinha como atribuição principal superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo.

A partir da década de 30 até os dias atuais, a política de turismo tem evoluído consideravelmente. Na década de 40, o decreto 2.240 tratou de regular as atividades de agências de viagens e turismo classificando-as em agências de viagens e turismo, agências de turismo e companhias e agências de navegação e de passagens, que se caracterizavam por estabelecimentos de assistência remunerada aos viajantes. A regulação consistia no registro prévio junto aos órgãos governamentais competentes e autorização previa para viagens coletivas de excursão.

A partir de 1950, o Brasil passou a viver um período de maior intervenção do Estado. Houve grande investimento em infra-estrutura, indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, assim como de recursos humanos, além da construção da nova capital que acarretou na integração dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte pela malha rodoviária, o que colaborou para a diminuição de viagens marítimas (que dominavam até a década de 40) e a implementação das viagens rodoviárias, principalmente por automóveis.

A década de 60 foi caracterizada pela primeira intervenção governamental com a finalidade de legitimar as ações para promover o desenvolvimento do turismo brasileiro. O decreto 48.126, de 19 de abril de 1960, instituiu a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), que tinha por finalidade “coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional” (DIAS, 2003, p.129).

No entanto, dois anos depois de sua criação, por falta de execução de uma política nacional de turismo, a Combratur é extinta. Somente em 1966 são estabelecidas as diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo e são criados o Conselho Nacional de Turismo – CNTur – e a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur. Ao CNTur cabia, dentre outros, a formulação das diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo. Já a Embratur era responsável por estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo. Segundo Teles (2006, p. 54), “a Embratur tornou-se responsável pelo crescimento do turismo no país, multiplicando, por meio dos incentivos fiscais e financeiros, o número de leitos e de estabelecimentos turísticos entre as décadas de 60 a 80”.

O decreto-lei nº 60.224 de 16 de fevereiro de 1967 regulamentou a criação do CNTur e da Embratur e criou o Sistema Nacional de Turismo, constituído por esses dois, mais o Ministério das Relações Exteriores, indicando, assim, um avanço no processo de discussões para o planejamento da atividade turística, uma vez que esta passou a ser tratada de forma sistêmica, dando responsabilidade aos participantes das esferas pública e privada para o planejamento da atividade. O ano de 1969 foi marcado pela Resolução nº 71 do CNTur que traz indicações para a elaboração do Plano Nacional do Turismo (Plantur) que só veio ser instituído como instrumento de desenvolvimento regional em 1992, todavia nem chegou a ser colocado em prática.

Nos anos 70, os investimentos públicos na área de infra-estrutura turística foram implementados pela criação do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), que visava a fomentar e prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesse turísticos. Vale ressaltar que os investimentos na área também foram marcantes no fim da década de 80 e início da década de 90 pela retomada de financiamentos por programas de créditos como o PROATUR e o PRODETUR. O primeiro destinado a empresas privadas para os setores industrial e turístico, de capital nacional. O segundo prioriza o planejamento urbano através de implantação de infra-estrutura básica e de acesso, além de preparar a localidade para a demanda turística.

Em 1981, o decreto nº 86.176 regulamentou a lei nº 6.513/77 que dispunha sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Foram assim considerados por lei, dentre outros, os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as áreas

destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem; as paisagens notáveis; as localidades que apresentem condições climáticas especiais.

Ainda na década de 80, foram feitos convênios para implantação de terminais turísticos, além de incentivos aos sindicatos para viagens turísticas em baixa temporada e a liberação da atividade turística sem prévia autorização do órgão público (1986). Um outro acontecimento importante foi o Projeto de Turismo Ecológico, monitorado por uma Comissão Técnica composta por técnicos do Ibama e Embratur (1987).

Segundo Dias (2003) a partir de 1990, a política turística passa a ter caráter mais descentralizador. O Plantur (1992) previa a criação de pólos de turismo integrados e consistia num plano de ações com a finalidade de efetivar a política nacional de turismo, sendo formado por sete programas – Pólos Turísticos, Turismo Interno, Mercosul, Ecoturismo, Marketing Internacional, Qualidade e Produtividade do Setor Turístico e Formação dos Recursos Humanos para o Turismo.

Ainda na década de 1990, foram elaboradas as Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo (1994), visto que o segmento desde a época vem sendo considerado como um dos mais promissores do turismo no país. No ano de 1991, a Embratur transformou-se em Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado a Secretaria do Desenvolvimento Regional. Em 1996, foi lançada a Política Nacional de Turismo, contendo um conjunto de diretrizes, estratégias, ações e objetivos a serem executados pelo Estado e pela iniciativa privada, sustentando-se em cinco macro estratégias: implantação de infra-estrutura básica e turística, capacitação de recursos humanos para o setor, modernização da legislação, descentralização da gestão do turismo e promoção do turismo no Brasil e no exterior. O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa Nacional de Ecoturismo, o Programa de Formação Profissional no Setor Turístico e o Plano Anual de Publicidade e Promoção eram os principais programas para consolidar a Política Nacional de Turismo (DIAS, 2003, p. 136)

As políticas públicas para o turismo do século XXI são marcadas, dentre outros, pela descentralização e pela participação. Segundo o Ministério do Turismo, a proposta de gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo vem fomentando a consolidação de uma rede de entidades e instituições de todo o território nacional e todas as esferas de governo, além da iniciativa privada e terceiro setor⁴.

Esta rede, denominada pólos, teve grande repercussão no Brasil a partir do ano 2000, com o projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado do Turismo, do Banco do Nordeste, que, de acordo com Petrocchi (2001, p.53), tem como objetivo “promover e potencializar o desenvolvimento econômico local a partir da cooperação entre os diversos agentes econômicos, institucionais e sociais, que se responsabilizarão pela harmonia, otimização e gerenciamento das ações e projetos em um espaço regional definido”.

No ano de 2003, é criado o Ministério do Turismo, uma vez que a atividade foi considerada entre as dez prioridades do governo vigente.

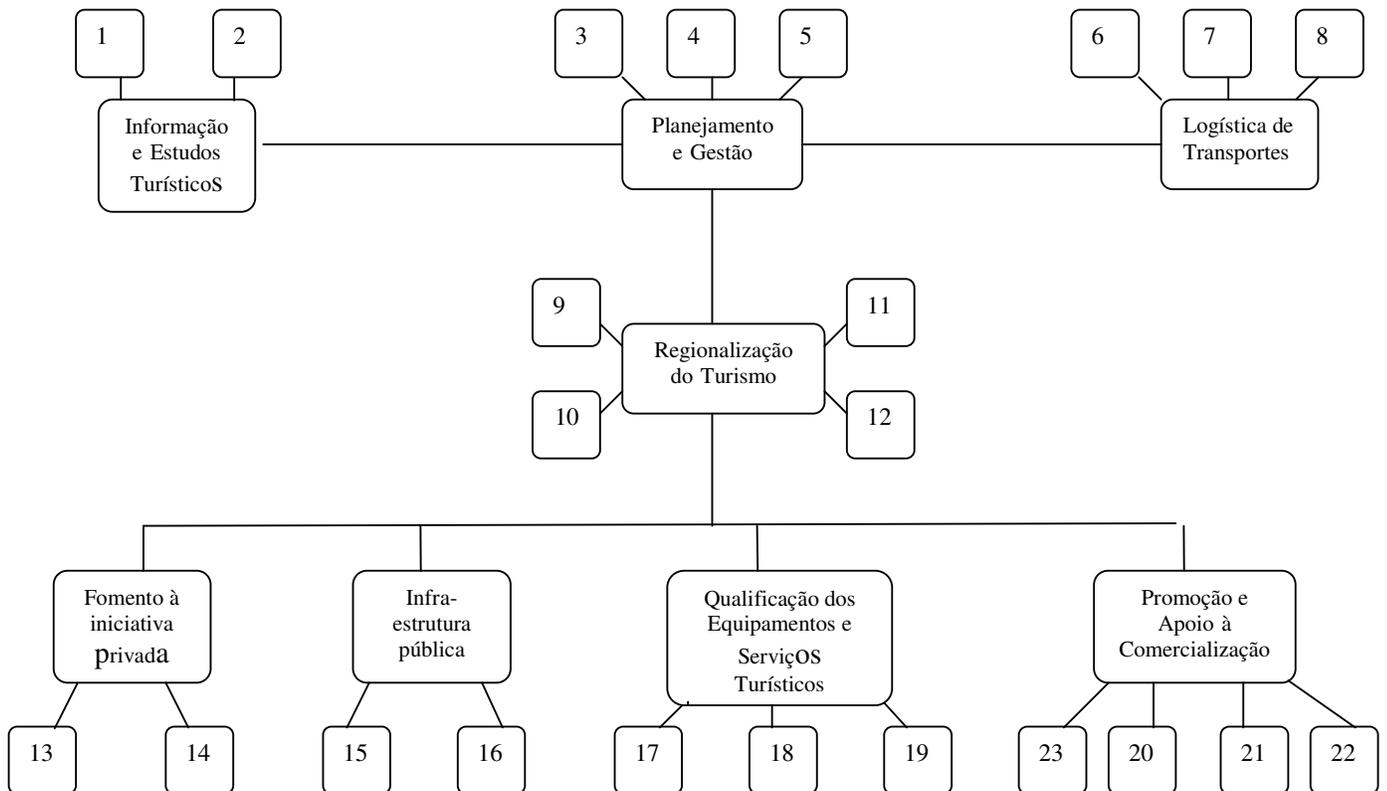
Foi lançado neste ano também o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, que pretendia “consolidar o Ministério de Turismo como articulador do processo de integração dos diversos segmentos do setor turístico cabendo à Embratur voltar seu foco para promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo” (DIAS, 2003, p. 140).

Em 2004 foram lançadas as Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo, em consonância com o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, que se pautava em sete macro-programas, e que apresenta como um de seus objetivos a “desconcentração da oferta turística no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 25).

⁴ Plano Nacional de Turismo (2007-2010)

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010, lançado em junho de 2007, é constituído por oito macro-programas: Informação e Estudos Turísticos, Planejamento e Gestão, Logística de Transportes, Regionalização do Turismo, Fomento à iniciativa privada, Infra-estrutura pública, Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos e Promoção e Apoio à Comercialização.

Figura 2.3 - Macro Programas do Turismo/ PNT 2007-2010



Fonte: Adaptado pela autora de: Ministério do Turismo, 2007.

A figura 2.3 representa o organograma acima. A partir desta, pode-se ter uma visão dos projetos que estão relacionados a cada macro-programa. Sendo assim, estão inseridos, respectivamente, no Plano Nacional do Turismo, os seguintes programas: Sistemas de Informações do Turismo, Competitividade do Turismo Brasileiro, Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo, Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional do Turismo, Relações Internacionais, Ampliação da Malha Aérea Internacional, Integração da América do Sul, Integração Modal das Regiões Turísticas, Planejamento e Gestão da Regionalização, Estruturação dos Segmentos Turísticos, Estruturação da Produção

Associada ao Turismo, Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo, Atração de Investimentos, Financiamento para o Turismo, Articulação Interministerial para Infra-Estrutura de Apoio ao Turismo, Apoio à Infra-estrutura Turística, Normatização do Turismo, Certificação do Turismo, Qualificação Profissional, Promoção Nacional do Turismo Brasileiro, Apoio à Comercialização Nacional, Promoção Internacional do Turismo Brasileiro e Apoio à Comercialização Internacional.

Conforme o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, as condições para que o turismo contribua para o bom desempenho da economia no Brasil são positivas. De acordo com o documento, pretende-se, neste período, promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações com a atividade, estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas. Essas metas propostas visam, portanto, à inclusão social, uma vez que é compreendido que o turismo pode ser um importante indutor desta.

2.2.1 A Atividade Turística no Brasil e em Sergipe

O contexto da atividade turística brasileira, que envolve diversos fatores tanto do mercado turístico nacional como internacional, além de fatores econômico e sócio ambientais que interferem para o desenvolvimento da mesma, pode ser diagnosticado a partir de questões acerca da demanda e oferta turísticas no Brasil.

Desta maneira, segundo a pesquisa de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, realizada em três períodos (1998, 2001 e 2006) o turismo doméstico em nosso país tem aumentado, apesar de ainda existir uma grande demanda por destinos internacionais.

No ano de 2006, de cada 10 brasileiros, pelo menos 4 realizam viagens domésticas. Enquanto que 1 em cada 10 viajantes ainda realizam viagens internacionais. Por outro lado, pode-se perceber que de cada 3 viajantes internacionais, 2 estariam dispostos a trocar por uma viagem doméstica, se encontrassem condições mais propícias. Tais condições

estão relacionadas principalmente à redução dos preços e à melhoria da segurança (ver detalhes no estudo EMBRATUR/ FIPE, 2006).

Segundo Andrade (2003), o perfil do turismo interno brasileiro se reflete na análise das motivações das viagens. As principais motivações dos brasileiros para realizarem viagens domésticas estão relacionadas na tabela 2.1.

Conforme estes estudos, é possível observar também que os principais segmentos comercializados para a região Nordeste são o de *sol e praia* (tanto pelas operadoras quanto pelas receptivas). Porém, os segmentos ligados às áreas naturais, como *ecoturismo e turismo de aventura*, além do *turismo de negócios e cultural/ religioso* vem se destacando entre as empresas de receptivo.

Tabela 2.1 - Motivos para Realização da Principal Viagem Doméstica, por Renda (em %)

	Classe de Renda Mensal Familiar			
	De R\$ 350,00 até R\$ 1.400,00	De R\$ 1.400,01 até R\$ 5.250,00	De R\$ 5.250, 01 até R\$ 10. 500, 00	Acima de R\$ 10. 500, 00
Visitar amigos e parentes	65, 0	52, 7	42, 3	34, 5
Sol e praia	29,2	42,4	50,5	53,7
Turismo cultural	8,3	12, 2	17, 0	19, 9
Eventos culturais / esportivos / sociais	10,1	10,4	10,7	14,3
Saúde	10,6	10,3	10,3	8, 1
Negócios	6,6	8, 5	9,1	11, 4
Compras pessoais	6,5	8,0	9, 0	9,8
Ecoturismo	2,8	5, 8	8,9	9, 4
Eventos profissionais	4,1	4, 8	5,6	10, 2
Turismo rural	4, 0	5,3	4, 5	2,3
Estâncias climáticas / hidrominerais	2,2	4, 6	5,5	5, 4
Religião	4, 7	3, 0	1, 6	1, 3
Parques temáticos	0, 9	2, 4	3, 5	3, 6
Resorts / hotéis fazenda	0,7	1,9	3,3	6,2
Cursos / estudo	1,1	1,7	2,0	3,6
Praticar esportes	0,2	0,9	1,2	0,7
Outro	4,9	4,5	3,9	3,9
Total	162,0	179,4	189,1	198,3

(*) Pergunta com respostas múltiplas, cuja soma, portanto, pode superar os 100%.

Fonte: EMBRATUR/ FIPE, 2006.

As principais motivações dos turistas que visitam Sergipe são o lazer e os negócios. O relatório Sistema de Informações Turísticas de Sergipe - SIT/SE da Secretaria de Estado do Turismo, período janeiro/ agosto de 2007 traz que 30,61% dos hóspedes entrevistados estavam no estado a turismo e 26,22% a negócios.

O documento indica também os principais pólos emissivos do Estado. O estado da Bahia apresenta-se em primeiro lugar da região Nordeste, com 28,08% dos entrevistados

seguido de Pernambuco (7,49%). O estado de São Paulo situa-se em primeiro lugar da região Sudeste nesta pesquisa, com 15,92% dos entrevistados, enquanto que o Rio de Janeiro contou com 11,09% dos hóspedes.

É possível destacar ainda, que a faixa etária predominante corresponde a indivíduos adultos entre os 26 e 30 anos de idade (10,81%), tendo uma maior incidência de visitantes do sexo masculino.

É importante destacar que a permanência média dos turistas no Estado, de acordo com o relatório, foi de 2,73 dias.

Em concordância com o Programa de Regionalização do Turismo, Sergipe foi dividido em cinco regiões turísticas, a saber: Pólo Costa dos Coqueirais, Pólo Velho Chico, Pólo das Serras Sergipanas, Pólo dos Tabuleiros e Pólo Sertão das Águas. A partir desta divisão, foram elaborados produtos internacionais denominados *Rotas* e nacionais, chamados *Roteiros*.

Os Quadros 2.4 e 2.5 demonstram os roteiros e as rotas, os municípios envolvidos, a região turística em que está inserido e os segmentos turísticos desenvolvidos.

Quadro 2.4 – Roteiros Turísticos de Sergipe

<i>Roteiros Turísticos</i>	<i>Municípios</i>	<i>Região Turística</i>	<i>Segmento turístico</i>
Cidades Históricas	Aracaju São Cristóvão Laranjeiras	Pólo Costa dos Coqueirais	Cultural
Xingo	Aracaju Monte Alegre Poço Redondo Canindé do São Francisco	Pólo Velho Chico	Ecoturismo Rural Náutico
Praias de Aracaju	Aracaju	Pólo Costa dos Coqueirais	Sol e Praia
Segredos de Tieta	Aracaju Itaporanga D'ajuda Estância Indiaroba Santa Luzia do Itanhy	Pólo Costa dos Coqueirais	Ecoturismo Náutico

<i>Roteiros Turísticos</i>	<i>Municípios</i>	<i>Região Turística</i>	<i>Segmento turístico</i>
Trilhas de Pirambu	Pirambu Barra dos Coqueiros	Pólo Velho Chico	Ecoturismo Rural
Foz do São Francisco	Brejo Grande	Pólo Costa dos Coqueirais	Ecoturismo Náutico

Fonte: SETUR / SE

Quadro 2.5 – Rotas Turísticas de Sergipe

<i>Rota Turística</i>	<i>Municípios</i>	<i>Região Turística</i>	<i>Segmento Turístico</i>
Aracaju – Xingo	Aracaju São Cristóvão Laranjeiras Areia Branca Itabaiana Ribeirópolis N.sra. Aparecida N.sra. da Glória Monte Alegre Poço Redondo Canindé do São Francisco	- Pólo Costa dos Coqueirais - Pólo das Serras Sergipanas - Pólo Velho Chico	Ecoturismo Aventura Náutico Sol e Praia Cultural Negócios e Eventos Rural
Costa das Dunas e Manguezais	Indiaroba Santa Luzia do Itanhy Estância Itaporanga D'ajuda Aracaju N.sra. do Socorro Barra dos Coqueiros Pirambu Pacatuba Brejo Grande	Pólo Costa dos Coqueirais	Ecoturismo Náutico Sol e Praia Cultural Negócios e Eventos
Caminho dos Jesuítas (Cidades Históricas)	Própria Japarutuba Carmópolis Divina Pastora Maruim Laranjeiras São Cristóvão Aracaju Itaporanga D'ajuda Estância Santa Luzia do Itanhy Tomar do Geru	- Pólo Velho Chico - Pólo dos Tabuleiros - Pólo Costa dos Coqueirais - Pólo Sertão das Águas	Ecoturismo Náutico Sol e Praia Cultural Negócios e Eventos Rural

Fonte: SETUR / SE

Muitos destes municípios já foram contemplados com recursos do PRODETUR/NE na construção de infra-estrutura turística e urbana, como orlas e saneamento básico.

Outro dado importante acerca do turismo em Sergipe é em relação aos principais produtos comercializados. A pesquisa de novembro /07 indica que 82,9% dos entrevistados tem como principal fator decisivo para a vinda a Sergipe a passeio os atrativos naturais. Observa-se que existe uma gama de segmentos potenciais sendo percebidos e planejados pelo poder público, como mostram os quadros 2.4 e 2.5 Porém, os produtos mais comercializados pelas agências de receptivo estão inseridos nas regiões dos pólos Costa dos Coqueirais (52,63%) e Velho Chico (34,41%), de acordo com a pesquisa de janeiro/ 07.

O turismo em Sergipe, mesmo consolidado como destino, ainda não deslanchou nacionalmente. Muito há que se fazer e muito está sendo planejado e realizado. O plano estratégico do Turismo de Sergipe 2007-2010 apresenta cinco programas, os quais contam com projetos específicos para a melhoria e desenvolvimento de roteiros. O quadro 2.6 ilustra os programas e projetos de acordo com o documento.

Quadro 2.6 – Programas e Projetos do Plano Estratégico do Turismo de Sergipe 2007-2010

PROGRAMA	PROJETOS
Programa Satisfação do Turista	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização para o Turismo. - Caminhos do Turismo. - Aprender Turismo. - Sinalização Turística. - Portais de Turismo. - Recuperação patrimonial. - Portal Informatizado do Turismo de Sergipe. - Reestruturação física e logística dos postos de informações turísticas. - Plano de Sinalização Turística dos pólos priorizados. - Terminal de passageiros do Porto Lourival Baptista – Barra dos Coqueiros.
Programa Excelência na Gestão do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação da Secretaria de Turismo e Empresa Sergipana de Turismo. - Gestão Pública e Privada em Turismo. - Sistema de Informação Turística. - Pesquisa do perfil da demanda turística. - Estudos de qualidade dos produtos turísticos sergipanos. - Produto em foco. - Banco de Imagens. - Plano Integrado de Resíduos Sólidos para os três pólos turísticos implantados.

	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Institucional da SETUR – PDI. - Núcleo de Conhecimento em Turismo. - Fortalecimento da Gestão Compartilhada do Turismo.
Programa Inclusão Social pelo Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Conheça Sergipe. - Capacitação dos trabalhadores em atividades informais. - Inserção na cadeia produtiva do turismo. - Jovem Informante Turístico.
Programa Cadeia Produtiva do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Turismo no Estado de Sergipe. - Adensamento da Cadeia Produtiva do Turismo de Sergipe.
Programa Aumento da Competitividade do Turismo Sergipano	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Marketing Turístico. - Roteiros turísticos sergipanos. - Indicadores do Turismo Sergipano. - Investimentos Turísticos. - Novos Produtos Turísticos. - Plano Emergencial de Divulgação Turística. - Campanha de Divulgação do São João de Sergipe. - Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. - Salão Estadual de Turismo. - Identidade Regional

Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados da SETUR (Plano Estratégico do Turismo de Sergipe, 2007).

2.3 Ecoturismo e Questão Ambiental no Brasil e em Sergipe

2.3.1 Panorama da Questão Ambiental

Existem diversas discussões acerca da problemática ambiental que têm origem há séculos. Muitos estudiosos acreditam que essa situação recebeu grande influência da concepção de natureza de Descartes (1596-1650), que explicava o mundo através de fenômenos matemáticos e mecânicos, reduzindo tais fenômenos a processos racionais e pragmáticos. Igualmente, ele colocava o homem como senhor do jardim, consagrando que, conhecendo a natureza, o homem passa a ter o poder de dominá-la. Por outro lado, há quem acredite que o antecessor de Descartes, Francis Bacon, iniciou esse processo de domínio da natureza ao defender a idéia de progresso e os métodos experimental e indutivo.

De fato, o que influenciou bastante a utilização do meio ambiente de forma desordenada foi a idéia de que o homem é o centro do universo e que tem o poder sobre outros seres, modificando a natureza a seu bel prazer e interesse próprio.

Essa realidade acontece no Brasil desde o seu descobrimento, passando pelo período industrial que, concomitantemente, trouxe o despertar para as causas ambientais, principalmente devido às condições de vida dos trabalhadores, que conviviam com a poluição e com a precariedade na saúde e condições de lazer, até o pós-guerra, que foi quando a problemática veio à tona de forma sistêmica, levando em consideração os direitos humanos e dos demais seres vivos.

A década de 60 foi marcada pela crítica ao modelo de produção e de vida vigentes que se caracterizava pelo consumismo, a expansão do capitalismo, ao militarismo e à degradação ambiental. É nesta época que se percebe um aumento no número de organizações não-governamentais e que é lançado o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) que denunciava os estragos causados pelo uso de agrotóxicos. Em 1968, é criado o Clube de Roma, com o objetivo de discutir a crise e o futuro da humanidade. Considerado o pioneiro no engajamento para a consciência dos problemas mundiais, o clube de Roma, divulgou como resultado de seus trabalhos o relatório *Limits of Growth* (Limites do Crescimento)

apresentando um alerta sobre o esgotamento dos recursos naturais, resultado do crescimento econômico sem limites. A partir deste documento, que foi de grande contribuição no que diz respeito às críticas à concepção econômica que tratava a natureza como fonte inesgotável de recursos à disposição da produção e consumo, pôde-se discutir as variáveis e propostas para a implementação de um novo desenvolvimento, baseado na compatibilização do crescimento econômico com a conservação do meio ambiente (CAMARGO, 2003).

A partir dos anos 70, várias discussões passaram a permear levando em consideração a questão ambiental. Em 1972, acontece a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, em Estocolmo, quando surge o conceito de ecodesenvolvimento, idealizado por Ignacy Sachs e que, segundo o mesmo, foi rebatizado mais tarde como desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, surge a Ecologia Profunda, que tem como essência a formulação de questionamentos acerca dos fundamentos da nossa visão de mundo e do modo de vida moderno, científico, industrial, orientado para o crescimento e que questiona também a perspectiva ecológica, partindo do relacionamento homem - homem, homem-natureza e homem - relações futuras (CAPRA, 2001, p. 26). Trata-se de uma escola com visão biocêntrica, e por isso é digna de críticas pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, que se caracteriza pelo antropocentrismo e pelo seu cunho econômico.

Os elementos que fundamentam o denominado desenvolvimento sustentável ganharam força com a formalização de seu conceito no informe *Nosso Futuro Comum* (ou Relatório Bruntland), divulgado em 1987. Segundo este documento, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (ALMEIDA, 2004, p. 136).

Muito tem se discutido quanto ao conceito e à própria terminologia do desenvolvimento sustentável, porém é importante citar que as definições se baseiam em três dimensões, a saber: a econômica, a social e a ambiental. Alguns autores tratam ainda da dimensão política, relacionando-se com as políticas de desenvolvimento.

Por ser um conceito relativamente novo, que exige mudança de concepção e comportamento, além de restrições ao crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável apresenta diversos entraves quanto a sua prática. Camargo (2003) cita como principais

entraves a proposta do desenvolvimento sustentável os entraves culturais, entraves científicos, entraves políticos – econômicos, entraves sociais, entraves éticos, entraves ideológicos, entraves psicológicos e entraves filosóficos - metafísicos. O Quadro 2.7 traz os entraves apresentados pela autora.

Quadro 2.7 – Entraves globais ao desenvolvimento sustentável

Entraves culturais	<ul style="list-style-type: none"> - as diferentes formas dos povos se relacionarem com a natureza e utilizarem seus recursos; - os diferentes valores e crenças dos povos que influenciam o modo de conceber os conceitos como qualidade de vida, necessidade, prioridade etc; - a existência de culturas hostis a preservação da natureza.
Entraves científicos	<ul style="list-style-type: none"> - a dificuldade de os seres humanos em compreender inter-relações complexas; - a falta de diálogo entre as comunidades científicas e sociedade civil; - a falta de maior conhecimento das relações homem-natureza; - a grande quantidade de variáveis que ainda não puderam ser reveladas e mensuradas nas muitas perguntas inerentes ao desenvolvimento sustentável.
Entraves político - econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - a diferença econômica entre os países e dentro dos países quanto aos níveis de produção, consumo e renda per capita; - o atual estilo de vida consumista; - a ‘impossibilidade’ de estabelecer um preço para os efeitos causados ao meio ambiente; - a falta de comprometimento e de responsabilidade social de instituições públicas e privadas;
Entraves sociais	<ul style="list-style-type: none"> - as questões relacionadas a pobreza (fome, endemias, violência...); - a pressão decorrente do crescimento populacional humano; - os conflitos étnicos e religiosos; - a desigualdade e a exclusão social; - a dificuldade gerada pelo fato de o desenvolvimento sustentável não ser projeto, compromisso e tarefa para uma só geração.
Entraves éticos	<ul style="list-style-type: none"> - a noção de que o homem pode apropriar-se como quiser da natureza; - a falta de interesse em promover projetos relacionados aos problemas ambientais; - o conformismo, a minimização e o desinteresse pelos problemas socioambientais de nossa civilização.
Entraves ideológicos	<ul style="list-style-type: none"> - os fanatismos e os extremismos de toda ordem; - a tendência humana em se opor a idéias novas; - a compreensão superficial e limitada do que realmente significam desenvolvimento e progresso.
Entraves psicológicos	<ul style="list-style-type: none"> - as dificuldades dos seres humanos se sentirem integrados com a natureza; - as conturbadas relações interpessoais; - a visão imediatista da vida; - a dificuldade de os seres humanos em reconhecer e aceitar mudanças; - o egoísmo, a vaidade, a maldade, a ganância, o apego material, a maturidade moral e espiritual, o preconceito, o individualismo.
Entraves filosófico - metafísico	<ul style="list-style-type: none"> - dilemas intrapessoais e coletivos sobre temas como a vida e a morte, a natureza humana, a origem e o destino do homem, quem somos no universo; - quantidade insuficiente de seres humanos espiritualmente evoluídos

Vale ressaltar ainda na década de 80, o surgimento das leis regulamentando a atividade industrial no que se refere à poluição, além do formalismo na realização dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA).

Na década de 90 é marcante o papel que as O.N.G's assumem com o lema “pensar global, agir local”. Além disso, o acontecimento de eventos impulsionados pela consciência ambiental como a Rio 92 ou Eco 92, ou ainda Cúpula da Terra, que teve entre outros resultados, a aprovação da Agenda 21. É nos anos 90 também que a preocupação ecológica vai aparecer nos discursos das lideranças religiosas do mundo como Dalai Lama e João Paulo II. É nesta época a criação do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (1993) e o início das implantações das certificações ISO 9000 e ISO 14000 (selo verde).

No início do século XXI, outros eventos aconteceram para discutir o rumo dos problemas ambientais e ações para a minimização destes, como, por exemplo, a reunião de Haia, que ocorreu na Holanda no ano de 2000, quando estava prevista a assinatura do Protocolo de Quioto.

A Rio + 10, sediada em Johannesburgo no ano de 2002, conhecida também como Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, discutiu, dentre outros o uso de fontes alternativas de energia, o uso da água e a conservação da biodiversidade. Neste ano também foi declarado o Ano Internacional do Ecoturismo pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP, com apoio da Organização Mundial do Turismo – OMT.

O ano de 2007 vem sendo marcado, principalmente, por discussões acerca da crise energética, aquecimento global e água, dentre outros. Alguns acontecimentos importantes a serem citados são: o segundo aniversário do Protocolo de Quioto (fevereiro de 2007), que foi assinado pela primeira vez há 10 anos, mas só começou a vigorar em 2005, quando 139 países o ratificaram demonstrando a real intenção da comunidade global de combater o aquecimento global. Hoje, 169 países mais a União Européia estão dentro do tratado. Essa primeira fase do Protocolo de Quioto termina em 2012 (acesso no site www.wwf.org.br em 10/08/2007); no mês de abril em Assunção, no Paraguai, discutiu-se o protocolo comum sobre a política de produção e consumo sustentáveis, cuja intenção era fechar os termos do documento que será

adotado pelos países-membros (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Neste mesmo mês, aconteceu a reunião do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC), em Bruxelas; já em agosto, a cidade da Guatemala sediou o VI Diálogo Interamericano sobre Gestão das Águas.

No Brasil, além dos temas acima citados, também teve grande espaço as discussões pertinentes à transposição do Rio São Francisco e pela criação do Instituto Chico Mendes, que tem como responsabilidade propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UCs) federais, ficando o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o papel de atuar de maneira mais focada nos processos que envolvem licenciamento ambiental, autorização para recursos naturais e fiscalização (acesso no site www.mma.gov.br em 10/08/2007).

2.3.2 Conservação da Natureza no Brasil e em Sergipe

Os primeiros indícios de ações de conservação no Brasil remontam ao início do século XIX, marcado pela criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808, pela luta de Jose Bonifácio contra o modelo extrativista-predatório-exportador no país e construção do Museu Imperial Nacional, proporcionando o conhecimento e estudo das ciências naturais no Brasil, em 1818, assim como o reflorestamento da Floresta da Tijuca, em 1862, transformada em Parque Nacional da Tijuca no ano de 1967.

De acordo com Diegues (2001, p. 29) o conservacionismo do século XIX foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos precursores do que hoje se denomina desenvolvimento sustentável. O criador deste movimento, Gifford Pinchot, apregoava o uso racional dos recursos naturais, tendo a conservação três princípios básicos: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.

Influenciado por este movimento, existe atualmente no Brasil uma legislação ambiental bastante ampla e rica de conservação da natureza, demonstrando, no entanto, muitas falhas na concretização das mesmas.

As décadas de 30 e 40 foram marcadas por significativo progresso na esfera da preservação do meio ambiente. Como exemplos, a constituição brasileira de 1937, em seu artigo 134, diz que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”; o decreto nº 3 de 13 de fevereiro de 1948, que fez vigorar a Convenção para a Proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América definiu as categorias de preservação como Parque Nacional, Reserva Natural, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem, esta última sem muita atuação no Brasil.

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

São instrumentos da PNMA, dentre outros, segundo o art. 9º da lei 6.938/81, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas e as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental.

A Política Estadual do Meio Ambiente de Sergipe foi instituída pela lei nº 5.858 de 22 de março de 2006 e apresenta consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente quanto aos objetivos, princípios e instrumentos.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (consulta no site www.mma.gov.br em 30 de julho de 2007), o Brasil conta atualmente com um quadro de unidades de conservação (UC) extenso. Existem hoje no país 288 unidades de conservação, o que representa 70 milhões de hectares protegidos. No entanto, apesar do grande passo para a conservação de áreas naturais que foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dois grandes problemas das áreas protegidas brasileiras ainda persistem. Um deles é o fato que

muitas dessas áreas não conseguiram atingir os objetivos que motivaram sua criação. O outro é que o total de área protegida por bioma é insuficiente para a conservação da biodiversidade.

Os principais conflitos existentes nas UC's no Brasil referem-se, dentre outros, a questões fundiárias, ao uso direto e desordenado de recursos naturais, a queimadas e desmatamento. Muitos esforços, no entanto, vem sendo somados para a concretização dos objetivos destas áreas e para o aumento de áreas para conservação da biodiversidade.

Existem atualmente, no estado de Sergipe, 13 unidades de conservação, a saber: Parque Nacional Serra de Itabaiana, Reserva Biológica de Santa Isabel, Floresta Nacional do Ibura, Reserva Particular do Patrimônio Natural Fonte da Bica, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Bom Jardim e Tapera, Reserva Particular do Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca, Monumento Natural da Grota do Angico e Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco, Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza Barris, Área de Proteção Ambiental Litoral Sul, Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, Área de Proteção Ambiental do Rio Sergipe e Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, essas cinco últimas estaduais e as demais federais. Segundo o secretário de Estado do meio ambiente, está no planejamento do órgão a criação de mais três UC's.

Além disso, algumas ações e políticas públicas de meio ambiente em Sergipe podem ser destacadas, a exemplo, o Fórum Meio Ambiente em Debate, a Olimpíada Ambiental, a Semana da Água. Podem-se citar também as discussões para elaboração da Política Florestal do Estado e Política Estadual de Educação Ambiental. A implementação da A3P (Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, que tem como principal objetivo sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras).

Dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – estão sendo disponibilizados R\$ 303,4 milhões para serem investidos no saneamento básico do Estado. Destes, R\$ 200 milhões serão destinados para a construção da barragem e da Estação de Tratamento de Água do Rio Poxim. Em Nossa Senhora do Socorro, serão investidos R\$ 20 milhões para a ampliação das redes de esgoto e projeto de Revitalização da Bacia do Rio Sergipe. Na capital, R\$ 83,4 milhões ficarão para a ampliação do sistema de esgotamento

sanitário e das ligações domiciliares nos bairros Atalaia, Coroa do Meio, São Conrado, Grageru, Índio Palentin, Ponto Novo, Barra dos Coqueiros, Sol Nascente e Castelo Branco. Já no convênio do Governo Federal com a Prefeitura de Aracaju, serão investidos R\$ 98,3 milhões na urbanização de favelas no Coqueiral, no Porto Dantas e no Santa Maria, sendo R\$ 67,4 milhões em duas etapas no projeto do Santa Maria, com a construção de 1440 habitações, e R\$ 30,9 milhões na construção de 600 moradias e melhoria da infra-estrutura dos moradores do Coqueiral. (consulta em www.sema.se.gov.br em 30/07/2007).

2.3.3 Ecoturismo em Unidades de Conservação

Inserida nas políticas públicas de conservação do Brasil, a criação das unidades de conservação se deu através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC pela lei nº 9.985/00, fruto de um processo de quase oito anos de discussões. No entanto, durante décadas, o Brasil manteve suas áreas protegidas tal qual o modelo americano preservacionista de parques nacionais, tendo, aos poucos, sido criadas outras categorias de áreas para proteção da natureza com objetivos diversos.

O preservacionismo, ao contrário do conservacionismo, não permite o uso dos recursos naturais, podendo ser descrita como “a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2001, p. 30). E foi nesse contexto que foram criados os primeiros parques nacionais do mundo.

No ano de 1864, o presidente Abraham Lincoln decretou uma área natural protegida correspondente ao atual Parque Nacional de Yosemite. Já em 1º de março de 1872 foi criada a primeira área protegida oficial no mundo, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. Com o objetivo puramente de manter a beleza cênica do local, os parques nacionais dos fins do século XIX influenciaram muitos países, que adotaram a criação de áreas protegidas, inclusive o Brasil. Assim, as primeiras mobilizações para a criação de áreas protegidas no Brasil datam de 1876, quando o político e engenheiro André Rebouças lutava para a criação de dois parques nacionais – Sete quedas (PR) e Ilha do Bananal (TO). Porém, o primeiro parque nacional brasileiro veio surgir anos depois, no Rio de Janeiro. O parque Nacional de Itatiaia (1937) foi criado baseado no Código Florestal de 1934 e tinha como

objetivo “além de suas finalidades de caráter científico... atender às de ordem turística” (COSTA, 2002, p. 18).

O Novo Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771) classificou as áreas de preservação utilizadas no Brasil, dividindo-as em áreas que permitiam a exploração de recursos naturais (Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais) e as que proibiam qualquer forma de exploração dos recursos naturais (Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas). Estas áreas eram administradas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (criado em 1967) – que estava ligado ao Ministério de Agricultura.

Ainda na década de 1970, o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação que tinha por objetivo estudar as regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas áreas protegidas, além de se propor a rever as categorias de manejo até então existentes, uma vez que estas eram consideradas insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos (DIEGUES, 2001). Contudo apenas a partir da década de 1980, novas categorias de áreas protegidas foram criadas: Áreas de Preservação Ambiental e Estações Ecológicas em 1981, Áreas de Relevante Interesse Ecológico em 1984, Reservas Extrativistas e Reservas Particulares de Patrimônio Natural em 1990.

Segundo Costa (2002), até a década de 90 eram reconhecidas pelo CONAMA as seguintes categorias de áreas protegidas: Área de Preservação Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Estação Ecológica (EE), Floresta Nacional (FLONA), Horto Florestal, Jardim Botânico, Jardim Zoológico, Monumento Natural, Parque Nacional (PARNA), Reserva Biológica (REBIO), Reserva Ecológica (RE).

A partir da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – as categorias passaram a ser classificadas como Unidades de Proteção Integral, compreendidas pelos Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre e Unidades de Uso Sustentável, que englobam a Área de Relevante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva da Fauna, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a Reserva Particular do Patrimônio Natural e a Área de Proteção Ambiental, objeto de estudo deste trabalho.

De acordo com a lei 9.985/00, entende-se por unidades de conservação:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem, dentre outros, os seguintes objetivos: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, recuperar ou restaurar ecossistemas degradados, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental e favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Após anos de discussões e diversas reformulações no SNUC, um fator inovador referente às unidades de conservação no Brasil, em comparação aos modelos adotados antes da implementação do mesmo (modelos estes influenciados pelos parques nacionais norte-americanos, como já mencionados), é o fato deste permitir e incentivar, em alguns casos, a inclusão das populações em atividades dentro dessas áreas, seja no campo cultural, educacional, recreativo, como se pode identificar nos objetivos do SNUC, ou de gestão e desenvolvimento local. Segundo o documento, a criação de unidades de conservação devem acontecer mediante a consulta pública (art. 22, 2º) e em algumas categorias é necessário a formação de conselhos de gestão (BRASIL, 2000). Também se pode visualizar no referido documento que a elaboração, atualização e implementação do plano de manejo de algumas unidades conservação devem contar com a ampla participação da população residente, a fim de que os objetivos das mesmas sejam consolidados e os conflitos existentes minimizados. A Área de Proteção Ambiental, inclusive, segundo o SNUC, deve dispor de um conselho gestor composto presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (art. 15,5º).

O desenvolvimento do turismo é permitido tanto nas unidades de proteção integral quanto nas de uso sustentável. No entanto, devem-se observar as categorias compatíveis com

a atividade. As unidades de conservação que possibilitam o desenvolvimento do ecoturismo de acordo com seus objetivos e limitações, porém sujeito a restrições são: as Áreas de Proteção Ambiental, os Parques Nacionais, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, os Monumentos Naturais, Refúgio da Vida Silvestre, Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. As possibilidades que estas categorias apresentam para o desenvolvimento do ecoturismo estão relacionadas à permissão de visitação (algumas sob normas estabelecidas pelo órgão gestor ou pelo plano de manejo) e uso turístico ou recreacional das mesmas e a existência de populações tradicionais nas mesmas ou em seu entorno, possibilitando a inclusão destas no desenvolvimento da atividade. Assim, essas unidades se tornam potenciais atrativos para a prática da atividade ecoturística, tanto pela beleza cênica quanto pela diversidade biológica existente.

Entende-se por Área de Proteção Ambiental (APA)

uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC,2000).

É importante ressaltar que mesmo que a categoria de unidade de conservação permita o uso turístico, o desenvolvimento da atividade deve respeitar seu plano de manejo e respeitar as normas estabelecidas pelo órgão competente. Conforme o IBAMA, o plano de manejo é “um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades”. De acordo com o SNUC, o plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado até os cinco anos a partir da data de criação da mesma.

Já foram abordados em capítulos anteriores, os impactos causados pela atividade turística e o contexto da questão ambiental em que se vem buscando inserir nas estratégias de proteção dos bens e recursos naturais (seja através da criação de áreas protegidas ou de outros mecanismos de preservação e conservação) atividades como alternativas ao desenvolvimento local de comunidades, e/ ou vice versa. A atividade turística ligada à natureza tem sido implementada ao longo dos anos desde o fim da década de 70 quando se passou a discutir a integração entre turismo e conservação da natureza. Porém, foi na década de 80 que o termo ecoturismo começou a ser utilizado. E a partir da década de 90, despertou-se maior interesse pelo tema. Desde então, vêm ocorrendo diversas discussões acerca do que realmente se

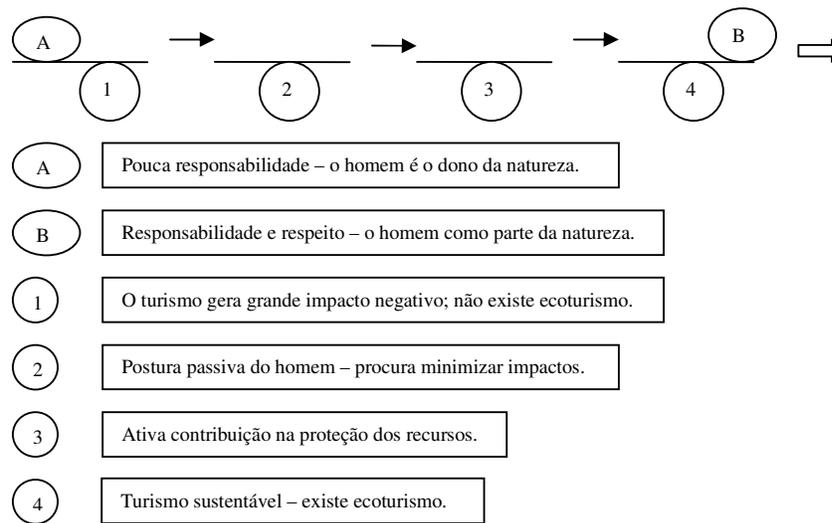
entende por este. Seria o ecoturismo um segmento da atividade ou uma nova concepção do turismo? O presente trabalho adota o conceito da Embratur (1994), o qual define ecoturismo como:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Pellegrini (1993, p. 138) apud Ceballos-Lascurián afirmou ser o ecoturismo

um turismo que consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar, fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontrados nessas áreas. Nesses termos, o turismo orientado para a natureza implica uma colocação científica, estética ou filosófica para cientistas, artistas ou filósofos profissionais. O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio urbano.

Kinker (2005) esboça na figura abaixo uma linha contínua que trata da evolução do conceito de ecoturismo, expressando um processo entre dois extremos: um com pouca responsabilidade do homem em relação ao meio ambiente natural e cultural e outro apresentando o homem caracterizado por grande responsabilidade com a conservação dos ambientes natural e cultural, levando em conta o respeito pela natureza e pelas culturas diferentes da sua.

Figura 2.4 – Evolução do Conceito de Ecoturismo

Fonte: Kinker, 2005, p. 20.

Conforme a *Ecotourism Society* (Sociedade do Ecoturismo), os princípios básicos do ecoturismo se baseiam na minimização de impactos negativos, na construção de uma consciência ambiental e cultural, na busca por experiências positivas para visitantes e comunidade receptora, além de benefícios financeiros para conservação e para as populações locais.

Kinker (2005, p. 22-24) apud Honey (1999), por sua vez, afirmam que qualquer atividade que se intitule ecoturismo deve apresentar os seguintes princípios e critérios. O quadro 2.8, adaptado por Menezes (2004), ilustra tais princípios.

Mais do que uma atividade econômica, muitos estudiosos vêem no ecoturismo uma alternativa de se conciliar o desenvolvimento local com a conservação do meio ambiente, principalmente quando se trata de ecoturismo em áreas protegidas. Conforme Lindberg e Hawkins (2001, p. 145) “uma das principais vantagens do ecoturismo é a de proporcionar um impulso que favorece tanto a expansão da conservação quanto o desenvolvimento do turismo”.

Por outro lado, a IUCN (União Mundial para Conservação da Natureza), afirma que a criação de áreas protegidas pode se tornar uma importante estratégia de redução da pobreza, se a comunidade estiver inserida no processo de planejamento e gestão destes espaços. Dessa maneira, agirão não só como mantenedoras do local, como também, fiscalizadoras da conservação do mesmo. No entanto, essas áreas podem provocar, de certa forma, diversos problemas sociais no sentido de que, em muitos casos, a criação destas acontecem à custa das comunidades locais através de deslocamentos e desapropriações, além da negação do acesso à terra e a outros recursos. Assim, uma alternativa para a inclusão da sociedade local e, conseqüentemente, redução da pobreza nessas comunidades é a implantação do ecoturismo nas unidades de conservação, levando-se em consideração suas premissas que se baseiam no bem estar da população local e na conservação dos ambientes visitados.

Para Gomes (2003, p. 44) apud Silveira (1992) “a viagem ecoturística seria um modo de tornar possível (re) surgirem formas de se perceber a natureza que privilegiem a compreensão de sua grandeza e significado para o homem (...) contribuindo para diminuir o fosso entre homem e natureza”. Afirma, ainda, que o desenvolvimento da civilização ocidental tem um conceito de natureza que a coloca em outro espaço fora do ambiente cultural, em que o homem está inserido e esta aproximação surge justamente no contexto de refúgio do estresse cotidiano. O turismo, como atividade econômica, passa então a trabalhar com a venda de serviços que proporcionem um escape, um estado diferente do que costumamos estar. Por outro lado, com a emergência do ambientalismo, das necessidades de inclusão social, de valorização cultural, promoção do bem estar das populações envolvidas e de conservação, o ecoturismo se torna uma alternativa promissora para alcançar estes objetivos.

Deve-se atentar, contudo, para diversos questionamentos acerca desta atividade. Há de se observar se o ecoturismo está sendo uma alternativa de desenvolvimento econômico para comunidades locais ou um negócio promissor para os empresários do setor, se é uma oportunidade para a experiência de um turismo sustentável ou uma estratégia de marketing para os empreendimentos (NEIMAN e MENDONÇA, 2005)

Além disso, não se deve tratar o ecoturismo como uma panacéia para os problemas ambientais. Como outras atividades, o ecoturismo, mesmo que utilizando os recursos naturais de forma indireta, ou seja, não retirando recursos do local, apenas apreciando, pode causar impactos negativos ao meio ambiente natural e às comunidades do entorno.

Segundo seus princípios, esses danos devem ser minimizados. Menezes (2004, p.67) aponta os seguintes impactos da atividade: incremento do consumo de recursos naturais, estímulo ao consumo (e comercialização) de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos, transformação negativa da paisagem pela construção de infra-estrutura, pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas, aumento da produção e descarte inadequado de lixo, resíduos sólidos e efluentes líquidos, aumento de riscos de incêndios na vegetação da região, alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas, stresse e migração da fauna para outras áreas em razão da presença humana, provocados pelo barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente, descaracterização de valores tradicionais em consequência da influência cultural dos visitantes, aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais e geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística tendo como consequências adensamentos urbanos não planejados e favelização

Deve-se atentar ainda para a tendência à valorização da natureza e sua preservação, com relação ao enfrentamento a degradação social, uma vez que em nome da “sustentabilidade” da natureza, se dá a “grilagem ambientalista”, ou seja, a expulsão de populações tradicionais de algumas categorias unidades de conservação.

A fim de minimizar alguns destes impactos, tornam-se imprescindível um planejamento bem elaborado, uma gestão comprometida e um monitoramento rigoroso além da parceria com a comunidade local, inserindo-a em todo esse processo.

A gestão ambiental caracteriza-se como uma estratégia bastante enaltecida para a concretização das premissas do ecoturismo. Para Andrade et al. (2000), a gestão ambiental é um processo contínuo e adaptativo, pelo qual a empresa define e redefine suas metas e objetivos com relação à proteção do ambiente, à saúde e à segurança de seus empregados, clientes e comunidade, assim como define estratégias e meios para atingir os objetivos definidos por período estipulado de tempo, através da constante troca com o meio ambiente externo.

Observa-se que o conceito acima se direciona às empresas privadas, no entanto a gestão ambiental cabe também aos empreendimentos públicos, como as unidades de conservação. Constituem-se como algumas das ferramentas de gestão ambiental a serem utilizadas do desenvolvimento do ecoturismo a fim de minimizar os impactos da atividade: as alternativas de captação e tratamento de água e efluentes, reutilização de resíduos, reciclagem e compostagem, captação da água da chuva, utilização de energias alternativas como solar, eólica, hidráulica, dentre outras, aproveitamento da arquitetura típica da região para caracterização do local, mapeamento das trilhas, controle de visitação, sinalização, estratégias de orientações guiadas e educação ambiental, além da capacidade de suporte turística.

Segundo Costa (2002), os estudos sobre capacidade de carga turística em unidades de conservação levam em conta fatores como: o tamanho da área e espaço a ser utilizado, a fragilidade do ecossistema a ser visitado, recursos naturais (número, diversidade e distribuição das espécies vegetais e animais), topografia, relevo e hidrografia, sensibilidade e mudanças de comportamento de espécies animais diante dos visitantes, percepção ambiental dos turistas, disponibilidade de infra-estrutura e facilidades e oportunidades existentes para que os visitantes desfrutem dos recursos.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu está localizada na zona Norte de Aracaju, no Estado de Sergipe, “limitando-se ao norte com o rio do Sal (que separa Aracaju e Nossa Senhora do Socorro), a leste o rio Sergipe, a oeste os bairros Lamarão e Cidade Nova e ao sul os bairros Santo Antônio e Industrial” (SILVA, 2004, p. 6). Caracteriza-se como o último remanescente de Mata Atlântica da capital sergipana, com uma área de 213,8724 hectares, um dos motivos que a enquadraram a esta categoria de unidade de conservação através do decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993. Dentro desta área, está inserido o Parque Estadual José Rollemberg Leite, mais conhecido por Parque da Cidade.

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu é atualmente de responsabilidade administrativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH . No entanto, a área correspondente ao Parque da Cidade é de competência administrativa do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe –DEAGRO.

3.2 Questões da pesquisa

Para se chegar aos objetivos determinados, o trabalho norteou-se pelas seguintes questões:

- Quais são os atrativos e potenciais existentes que podem influenciar no desenvolvimento do ecoturismo local?

- Quais os aspectos e os elementos que demonstram a necessidade de proteção da Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu?

- Quais os desafios e as possibilidades existentes para o uso sustentável da APA?
- Por que o ecoturismo caracteriza-se como uma alternativa para a conservação desta APA?
- Por que e como inserir a comunidade no processo do desenvolvimento do ecoturismo na APA?
- O que se deve fazer para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente natural e à comunidade com o ecoturismo no local?
- Quais as possibilidades e os desafios para que o local se torne um atrativo ecoturístico?

3.3 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Técnica de pesquisa “é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 176). As técnicas, classificadas em documentação indireta, documentação direta, observação direta intensiva e observação direta extensiva, serviram para o levantamento e coleta dos dados da pesquisa em destaque, tendo sido utilizadas as pesquisas documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, além, além da observação direta intensiva.

A pesquisa documental, que se caracteriza pela coleta de dados em registros escritos ou não, ocorreu pelo levantamento e análise de planos, leis, decretos, relatórios, além de fotografias, mapas etc.

Os documentos escritos consultados foram: Plano Nacional de Turismo 2007-2010, Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, Decreto de Criação da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Decreto Federal nº 4.340, de 22/12/2002, Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico do Brasil, Plano Estratégico do Turismo de Sergipe, Pesquisa de Demanda Turística Jan/ 07 e Pesquisa de Demanda Turística Nov/ 07.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gonçalves (2005), trata-se do primeiro passo para qualquer tipo de pesquisa e tem como finalidade conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar, além de revisar a literatura existente a fim de não repetir o tema de estudo. Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica se deu através de consultas em livros, revistas, monografias, teses e artigos científicos a fim de fundamentar conceitos e permitir uma melhor exploração sobre o assunto a ser abordado.

A pesquisa de campo, que “consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (Marconi e Lakatos, 2005), se deu através de estudos exploratório e quantitativo-descritivo e ocorreu em três momentos.

No primeiro momento, foram aplicados formulários com a comunidade da área de influência direta do local de estudo. O formulário (apêndice A) contou com questões pessoais para o entrevistado, além de perguntas relacionadas à moradia e infra-estrutura e serviços do local.

No segundo momento, foram realizadas visitas ao local utilizando a técnica da observação estruturada (apêndice E) não participante. Algumas visitas contaram com acompanhamento tanto de alunos de uma turma de Ecoturismo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE) quanto de técnicos (bióloga e médico veterinário) que trabalham no Parque José Rollemberg Leite.

No terceiro momento, foram realizadas entrevistas com os órgãos públicos de Turismo – Secretaria de Estado do Turismo – SETUR – (ver apêndice C) e de Meio Ambiente – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH – (apêndice D), além de empresas privadas do Estado que comercializam produtos turísticos e ecoturísticos.

Tanto as entrevistas com a comunidade e com a iniciativa privada quanto para os órgãos públicos seguiram um roteiro, podendo este servir só de suporte para as entrevistas, uma vez que foram semi-estruturadas.

3.4 Seleção da amostra

Como já foi mencionado no item anterior, o público alvo deste estudo foi caracterizado pela comunidade do entorno da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, os órgãos públicos de turismo e meio ambiente do Estado de Sergipe e agências de turismo receptivo que operam no Estado.

Quadro 3.1 - Distribuição da amostragem

Setores	Quantidade	Descrição
Comunidade (terceiro setor)	50	Moradores do entorno da APA.
Agências de turismo receptivo (segundo setor)	05	Empresas que comercializam roteiros turísticos no Estado de Sergipe.
Órgãos públicos (primeiro setor)	02	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão responsável pela Área de Proteção Ambiental, representado pelo chefe da unidade. • Órgão responsável pelo desenvolvimento do Turismo em Sergipe, representado pelo assessor técnico da Coordenadoria de Produtos Turísticos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2007.

Foram entrevistados cinquenta moradores de forma aleatória, contudo as residências foram escolhidas intencionalmente, uma vez que foram identificadas aquelas mais próximas à entrada do parque, no Bairro Industrial, e outras ao longo das proximidades da Avenida Euclides Figueiredo, no Loteamento Santa Tereza, no Porto Dantas e no Coqueiral.

Na Secretaria de Estado do Turismo foi entrevistado o representante da Coordenadoria de Produto Turístico (ver apêndice F). Na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi entrevistado o responsável pela Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas, na SEMARH.

Com relação às agências de turismo receptivo, foram entrevistadas responsáveis de cinco empresas do setor.

3.5 Análise e Representação dos Dados

A análise dos dados coletados foi processada através das técnicas qualitativa e quantitativa e representada em forma de gráficos e planilhas com quadros explicativos, além de registros fotográficos e textos argumentativos.

CAPÍTULO 4

ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DO URUBU

Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu

O ecoturismo, enquanto segmento de uma atividade econômica, se caracteriza como uma alternativa para promover a inclusão social e uma melhor distribuição de renda de comunidades, melhorando a qualidade de vida da mesma, inclusive no sentido de trazer benefícios para a localidade através de investimentos na infra-estrutura básica, por exemplo.

No entanto, enquanto atividade que tem como um de seus princípios e objetivos a utilização de recursos naturais conservados, propicia a condição de preservação dos mesmos, potencializando a (re) apropriação do espaço pelos seus ocupantes de maneira menos degradante – ambiental e socialmente falando – e participativa, colaborando também para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Há ainda um outro ponto em relação à atividade ecoturística bastante relevante. Baseado em sua definição (mencionada no referencial teórico deste trabalho), o ecoturismo objetiva também a formação (ou quem sabe a multiplicação) de uma consciência ligada à importância da conservação dos ambientes naturais, abordada através da interpretação ambiental, que proporciona uma visão do ambiente como um todo, onde as partes se inter relacionam entre si e dependem uma da outra para um “funcionamento” em equilíbrio, denominado ecossistema.

Dessa forma, todos os envolvidos, seja comunidade ou visitantes, saem beneficiados e capazes de promover a conservação da área, principalmente quando se trata de uma unidade de conservação.

Como já foi mencionado no capítulo 2, um produto turístico constitui-se do conjunto de atrativos, equipamentos, serviços e infra-estrutura turística capaz de atender às necessidades da demanda de determinada localidade. O objeto deste estudo, a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, no entanto, caracteriza-se por um potencial produto.

Tal afirmativa será explicada ao serem abordados os resultados da pesquisa de campo referente à observação do espaço estudado.

Visto a crescente procura por destinos e roteiros ligados à natureza conservada, o presente trabalho se propôs a estudar a APA em destaque, analisando atrativos e possibilidades para o desenvolvimento do ecoturismo no local, uma vez que o local ainda não é explorado turisticamente.

Durante a pesquisa, tornou-se possível identificar alguns aspectos que caracterizam-se como forças e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu. Algumas considerações foram identificadas no Plano de Gestão da unidade, o que contribui para o enaltecimento da importância da atividade ecoturística no local, tanto para a conservação da área, tanto para o desenvolvimento local quanto para a formação de consciência ambiental nos envolvidos.

Foi possível também neste trabalho, ter conhecimento do olhar da população do entorno da APA Morro do Urubu, dos órgãos públicos de Turismo (SETUR) e de Meio Ambiente (SEMARH) e de empresas privadas que trabalham com turismo (agências de turismo receptivo de Aracaju) sob a área em estudo e sobre a atividade ecoturística. Estes resultados se caracterizam como subsídios para o planejamento do ecoturismo, sobretudo em unidades de conservação, uma vez que envolve o poder público (primeiro setor), o empresariado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor).

4.1 A Área de Proteção Ambiental Moro do Urubu

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, localizada na zona Norte de Aracaju, no Estado de Sergipe, apresenta uma área de 213,8724 hectares e é o único remanescente de Mata Atlântica da capital sergipana, um dos motivos que a enquadrou a

esta categoria de unidade de conservação através do decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993, o que caracterizam-se como elementos de necessidade de proteção desta área.

As figuras 4.1 e 4.2 mostram o desenho da área da APA, especificando, assim, as áreas de vegetação e de ocupação humana através dos assentamentos subnormais. Esta área compreende a área de influência direta da APA que corresponde à própria área do morro e os bairros Porto Dantas, Industrial e Coqueiral, todos localizados na cidade de Aracaju.



Figura 4.1 – Mapa da APA Morro do Urubu

Fonte: SEMARH, 2007.

Dentro desta unidade, está inserido o Parque Municipal José Rollemberg Leite, mais conhecido por Parque da Cidade. A APA é, atualmente, de responsabilidade administrativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). No entanto, os 93 ha que pertencem ao Parque da Cidade são de competência do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (DEAGRO).

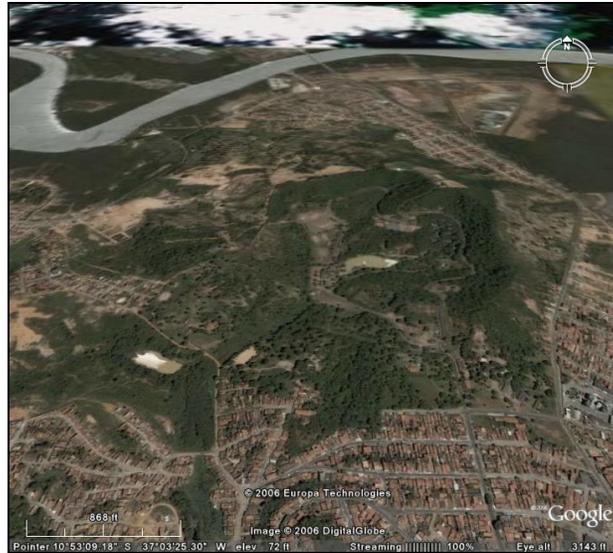


Figura 4.2– Vista aérea da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu
Fonte: Google Earth.

O interesse do poder público para a preservação do Morro do Urubu data da década de 1970. Conforme SILVA (2004), no ano de 1975, técnicos da prefeitura procuraram a coordenação de Recursos Naturais do CONDESE para solicitar um levantamento da cobertura vegetal da área com o intuito de implantar uma floresta urbana. Em 1979, a prefeitura adquiriu uma área de 299 hectares para a implantação de uma área de lazer, no caso, o Parque José Rollemberg Leite, que contribuísse também para a preservação de um dos poucos fragmentos de mata atlântica nativa existente na cidade. Contudo, o funcionamento do parque não impediu o desenvolvimento das atividades agrícolas, tampouco das ocupações e invasões no local. Em vistas da área especificada no decreto de criação da APA, observa-se que no período de 1979 a 1993, parte da mata (cerca de 86 hectares) foi destruída, principalmente por conta da forte pressão urbana no entorno da unidade.

Devido a esses e outros conflitos existentes, no ano de 2000, foi criado o comitê estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (decreto 18.638, de 21/02/00), na qual a unidade em estudo está inserida.

Segundo o Diagnóstico Ambiental da APA Morro do Urubu, o Porto Dantas, região caracterizada como área rural pela ocupação de sítios com atividades agrícolas e

salinas até a década de 1960, iniciou seu processo de urbanização a partir da construção da avenida Euclides Figueiredo (em 1975), quando surgiu então o primeiro loteamento, iniciando assim, o processo de ocupação da zona norte da cidade (caracterizado de forma lenta e gradual), como mostra a figura 4.3. Na década de 90, com a construção da segunda ponte ligando a capital ao município de Nossa Senhora do Socorro, intensificou-se a urbanização no local, surgindo, assim, os assentamentos subnormais do Coqueiral.



Figura 4.3 – Bairro Portos Dantas

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Estima-se, atualmente, somente no Porto Dantas a existência de cerca de 7.000 habitantes. Este número na região do Coqueiral é de 4.500 (Diagnóstico Ambiental da APA Morro do Urubu, 2004).

Em se tratando das questões físicas e ambientais do local, o Diagnóstico Ambiental da APA traz que a natureza geológica dos terrenos, de característica do Grupo Barreiras, classificação do Terciário e estruturas de camadas sub-horizontais, diferenciadas em silte-arenosos e argilas variegadas e de textura siltosa, caracterizam a elevação topográfica do Morro do Urubu. Com essa caracterização, os solos reagem mecanicamente às intervenções, por escavações e remoção da cobertura vegetal, com a queda da resistência à erosão superficial.

Com relação à fauna e flora no local, o diagnóstico ambiental da APA identificou que a formação vegetacional corresponde originalmente a Floresta Mesófila

Decídua e à Floresta Mesófila Semidecídua. De acordo com o mesmo documento, pode-se distinguir na área os ecossistemas manguezal (presente na área de influência indireta, altamente antropizados, inclusive), mata atlântica e cerrado. O levantamento da flora mostra a pequena variabilidade florística para o ambiente de mata atlântica, tendo sido encontradas 59 espécies nativas do ecossistema.

Em se tratando do inventário da fauna, foram identificadas 40 espécies, predominando as de ampla Valência ecológica, onívoras e de pequeno porte. Esse resultado reflete o processo de antropização pelo que a região vem passando.

4.2 Potencial Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju/ SE)

Por caracterizar-se como o único remanescente de mata atlântica da capital sergipana, a área em estudo é considerada um atrativo potencial para o (eco) turismo, apesar de não estar inserida no roteiro turístico local (ver na figura 4.4).

Por outro lado, constata-se um apelo histórico identificado no documento Tratado Descritivo do Brasil em 1587, do cronista Gabriel Soares de Souza (p. 66). O autor descreve o local como *“um monte mais alto que os outros, da feição de um ovo, que está afastado da barra algumas seis léguas, pelo qual é a terra bem conhecida. A este monte chamam os índios Manhana, que quer dizer entre eles “espia”, por se ver de todas as partes de muito longe”*.



Figura 4.4 – Remanescente de Mata Atlântica

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Inserido no perímetro da APA, o parque da Cidade (ver figuras 4.5 e 4.6) caracteriza-se por ser uma área de lazer tanto para a comunidade de Aracaju quanto para turistas. Em 19 anos de existência, o Parque passou por duas reformas. A última delas tendo sido concluída apenas a primeira fase do projeto, foi inaugurada no ano de 2006, em fins do governo de João Alves Filho. As áreas naturais de lazer existentes no parque são muito agradáveis para realização de piqueniques e caminhadas. O Plano de Gestão da APA Morro do Urubu sugere, dentre ações de revitalização do parque, como já foi iniciada, a implantação de paisagismo com espécies nativas.



Figura 4.5 – Fachada de entrada do Parque José Rollemberg Leite

Fonte: Joyce Pinto, 2007.



Figura 4.6 – Área natural de lazer do Parque José Rollemberg Leite

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Localizado dentro do Parque da Cidade, o zoológico (figura 4.7) encontra-se aberto para visitação pública de quarta a domingo das 10 às 17 horas. O local atrai muitos visitantes com o intuito de observar os animais, dentre outros motivos. É possível conhecer espécies nativas e exóticas, como onça pintada, onça suçuarana, urso pardo, leão, ema, cobras, jacarés, siriema, raposa, guaxinim, macaco-prego etc. Existem também as visitas de escolas orientadas pelos técnicos do local.



Figura 4.7 – Zoológico

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

A última reforma no Parque José Rollemberg Leite proporcionou a construção de um prédio (figura 4.9), onde se situa a administração do parque que conta com uma biblioteca (figura 4.8), uma loja e uma sala de vídeo, importantes para a implementação de ações de educação ambiental. Todavia, as mesmas ainda não estão sendo utilizadas para os devidos fins. Além deste prédio, foram construídos também um restaurante e uma área que conta com sanitários e um amplo espaço (figura 4.10), onde poderia estar sendo desenvolvida como estrutura de apoio como lanchonete, barraca de artesanato, dentre outros, proporcionando geração de emprego e renda para as populações vizinhas.



Figura 4.8 – Instalações da Biblioteca

Fonte: Joyce Pinto, 2007.



Figura 4.9 – Fachada do prédio da Administração

Fonte: Joyce Pinto, 2007.



Figura 4.10 – Espaço livre no Parque da Cidade

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

No ponto mais alto do Morro do Urubu encontra-se o centro hípico da Polícia Militar do Estado de Sergipe (figura 4.11). Segundo o Zoneamento Ambiental da APA Morro do Urubu (p. 16), o local caracteriza-se como um atrativo potencial, podendo ser integrado a visitação pública, esclarecendo questões de tratos e cuidados e importância dos animais na atividade militar.



Figura 4.11 – Hípica da Cavalaria da Polícia Militar

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Próximo ao centro hípico e resultado também da última reforma, o Mirante (figura 4.12) proporciona a visão de boa parte da cidade de Aracaju, além do município de Barra dos Coqueiros, podendo vislumbrar o rio Sergipe e o oceano mais adiante.



Figura 4.12 - Mirante

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Outra novidade da última reforma, constitui mais uma opção de lazer para os visitantes da APA. O teleférico (figuras 4.13 e 4.14) proporciona em seu percurso a visualização por cima das instalações do zoológico, da mata atlântica, além de partes da cidade de Aracaju e do rio Sergipe.



Figura 4.13 – Teleférico

Fonte: Joyce Pinto, 2007.



Figura 4.14 – Bilheteria do Teleférico

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

A associação nacional de equoterapia define a atividade como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. No parque da Cidade também está localizado um centro de equoterapia destinado ao público alvo citado e também se caracteriza como um atrativo da localidade, podendo ser adaptado para uso turístico.

Agregado aos aspectos acima citados, um fator bastante pertinente para o desenvolvimento do ecoturismo no que se diz respeito à Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu é a sua localização. A mesma encontra-se em área urbana próxima ao centro da cidade de Aracaju e da Orlinha do Bairro Industrial, a poucos minutos da Orla de Atalaia, onde está situada a maior parte dos meios de hospedagem. Além disso, está próximo das rodoviárias e a menos de 20 minutos do aeroporto. Com a construção da ponte Construtor João Alves, foi facilitado o acesso da capital ao município de Barra dos Coqueiros, que dá acesso ao litoral norte do Estado e vice-versa. A área esta próxima também a Ponte do Rio do Sal que liga o município de Aracaju ao de Nossa Senhora do Socorro. Tal fato repercute numa possível integração do local em algum dos roteiros apresentados pela Secretaria de Estado do Turismo e comercializado pelas agências de receptivo da cidade de Aracaju.

Em pesquisa documental na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH – e na administração do Parque da Cidade, e bibliográfica nas Universidades

Federal de Sergipe e Tiradentes, além de apresentações em eventos externos e conversas com alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica, observou-se que, nos últimos anos, embora em pouca quantidade em relação a outras unidades de conservação do Estado, houve um crescimento na busca por estudos na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu e adjacências. Os trabalhos referem-se, dentre outros, à questão social, econômica e ambiental das populações vizinhas da unidade, educação ambiental e ecoturismo. Esses estudos contribuem para o conhecimento da situação local, facilitando a formação da consciência ambiental tanto da população local, além de colaborar para o desenvolvimento de outras pesquisas e intervenções na localidade. Tal fato consiste numa possibilidade para o uso sustentável da área.

Além do abordado anteriormente, caracteriza-se ainda como fator potencial para o desenvolvimento ecoturístico no local a implementação de trilhas. Já é possível encontrar algumas sendo abertas e utilizadas, embora não com finalidade turística, como mostra a figura 4.15.



Figura 4.15 – Trilha na APA Morro do Urubu

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Além disso, outras atividades lúdico-esportivas podem ser implementadas no local para a atração de turistas. Baseado no Manual Turismo de Aventura: orientações básicas, do Ministério do Turismo e de acordo com a observação no local, foi possível identificar como atividades potenciais, por exemplo: o Arvorismo, Atividades ciclísticas, Atividades eqüestres, Caminhadas, Tirolesa e Asa delta.

4.3 Subsídios para o desenvolvimento ecoturístico na APA Morro do Urubu: olhares dos e sobre os três setores.

De acordo com a pesquisa, foi possível analisar alguns aspectos que se consolidam como subsídios para a implementação do ecoturismo no local. Observaram-se aspectos relacionados às questões socioeconômicas da região, envolvendo tanto a comunidade local quanto os órgãos públicos de turismo e de meio ambiente, e os empresários do setor de agências de turismo. Tais subsídios servem para o planejamento da atividade de forma a contribuir para o desenvolvimento local, beneficiando os agentes envolvidos, e para a conservação da área protegida através do envolvimento dos mesmos, além de buscar minimizar os impactos negativos da atividade ao ambiente natural e as comunidades envolvidas.

4.3.1 Comunidade

De acordo com o Diagnóstico Ambiental da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (2005, p. 8), a área apresenta uma densidade demográfica de 46,66 hab/ hectare e caracteriza-se por apresentar uma ocupação horizontal e por população predominantemente das classes populares, tendo em vista que a renda salarial média é de R\$ 250,00, sendo uma das regiões com menor renda da cidade de Aracaju.

Em relativa conformidade com a afirmativa acima, a pesquisa realizada constatou que a maioria dos entrevistados (92% dos entrevistados) vive sem renda ou com até três salários mínimos (Gráfico 4.3), sendo a principal fonte de renda dos moradores o trabalho autônomo (28% dos cinquenta entrevistados), como mostra o Gráfico 4.2.

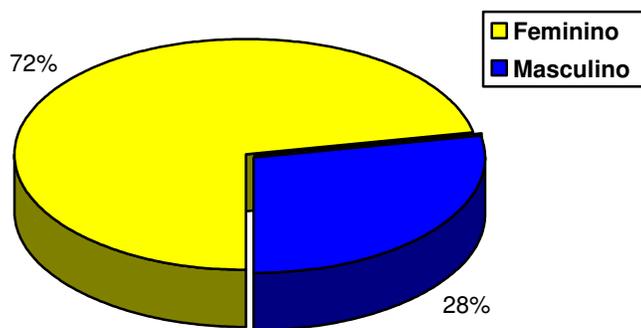


Gráfico 4.1 – Gênero dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

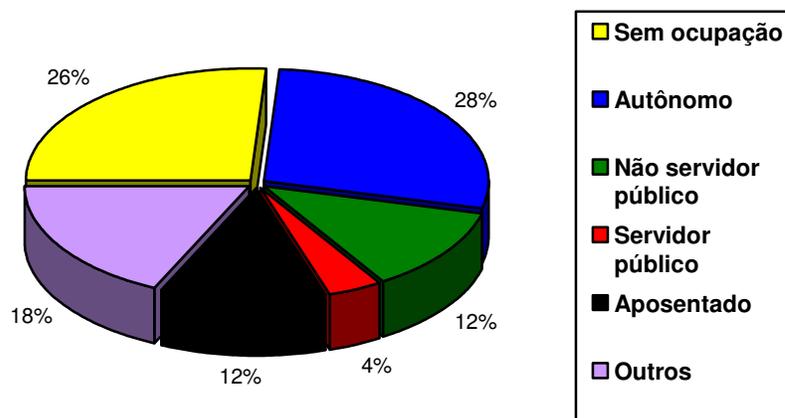


Gráfico 4.2 – Ocupação dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

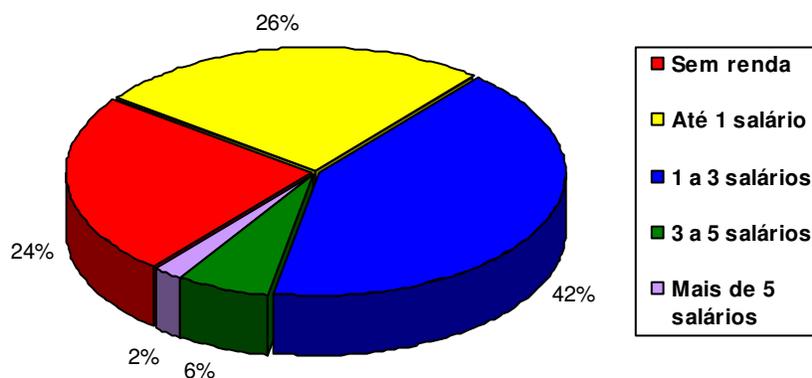


Gráfico 4.3 – Renda dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

Alerta-se para o fato de que 72% dos entrevistados eram do sexo feminino e que 26% não possuem ocupação, podendo concluir que a maioria das mulheres é dona de casa e não ajudam na renda da família. Outro dado que colaborou para esta conclusão foi que a maioria dos entrevistados (54%) trabalha no próprio bairro, como donas de casa ou autônomos.

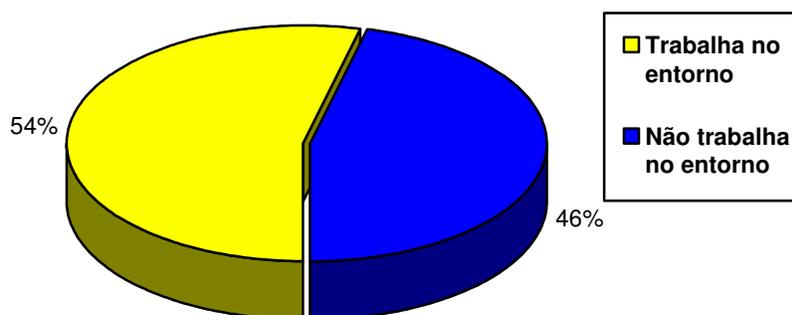


Gráfico 4.4 – Local de trabalho dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

Pôde-se evidenciar também na pesquisa, como ilustrado no Gráfico 4.5, que o nível de escolaridade na região é baixo, tendo 44% dos entrevistados o ensino fundamental incompleto, 28% o ensino médio completo e apenas 4% ter tido oportunidade de frequentar ou estar frequentando o ensino superior.

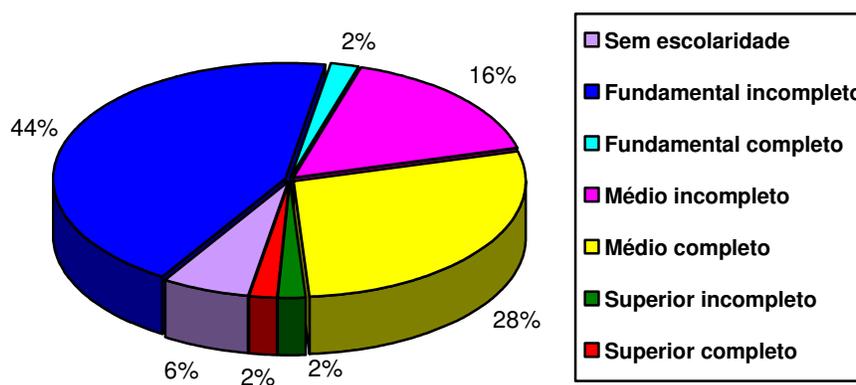


Gráfico 4.5 – Escolaridade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

Em relação aos aspectos de moradia, observou-se que a região era caracterizada como área rural pela ocupação de sítios e salinas até as décadas de 60 e 70, quando iniciou seu processo de urbanização a partir da construção da Avenida Euclides Figueiredo (em 1975), surgindo o primeiro loteamento e da zona norte da cidade, caracterizado de forma lenta e gradual. Em 1980, a população do bairro era de 1.558 habitantes, o que fez com que dois anos depois a região fosse transformada em bairro – Porto Dantas.

Com a desativação das salinas T. Campos, principal atividade do local até então, passou-se a desenvolver na região a piscicultura através da CALNE, Companhia de Alimentos do Nordeste. Após falência desta, na década de 1990, as instalações foram desocupadas, o que facilitou a ocupação dos terrenos por famílias atraídas pela construção da ponte sobre o rio do Sal, surgindo o Coqueiral Sagrada Família. Caracterizada por ser uma área mais baixa que a avenida que lhe dá acesso e por um padrão de ocupação irregular, as condições de moradia se tornam comprometidas, ocorrendo muitas vezes alagamentos e, em locais mais próximos do morro, desabamentos.

Assim, o processo de expansão urbana da região caracteriza-se por ter ocorrido de forma desordenada, provocando o surgimento de assentamentos subnormais muitas vezes caracterizadas por uma má qualidade de vida. Conforme o PEMAS (2001), existe em Aracaju mais de 52 comunidades em condições de subnormalidade, dentre estas três (Coqueiral, Av. Euclides Figueiredo em direção ao Porto Dantas e Invasão da Margem do Morro do Urubu) encontram-se no entorno da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, sendo esta área de preservação de mata atlântica. Destaque para a área que corresponde ao Coqueiral, considerada a mais recente dentre as de maior porte da cidade e que cresce desordenadamente.

Constatou-se nesta pesquisa que a maioria dos entrevistados mora na região há mais de dez anos, tendo muitos destes alcançado a época das salinas no local.

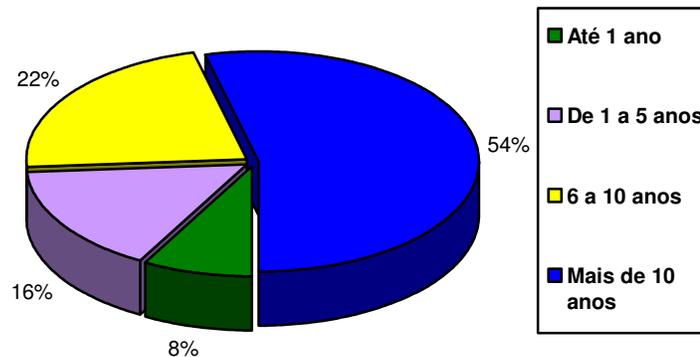


Gráfico 4.6 – Tempo de residência no entorno da APA

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

Ao se questionar sobre o sentimento dos moradores com relação à moradia no local e sobre visitas e usos dos mesmos na unidade como um todo, obtivemos os seguintes resultados: 56% dos entrevistados se sentem felizes por morarem no entorno da área (gráfico 7); 80% costumam visitar a unidade – apesar de que 46% destes responderem que vão raramente ao local (gráfico 4.8). No geral, os moradores fazem mais usos do Parque da Cidade: piquenique, caminhada, observação dos animais no zoológico, esportes, passeio. No entanto, evidenciou-se que os usos na mata são, em sua maioria, realizados por pessoas mal intencionadas: alguns moradores denunciaram que alguns freqüentam a área para uso de entorpecentes e para esconder-se na policia quando realizam furtos nas casas mais próximas ao morro.

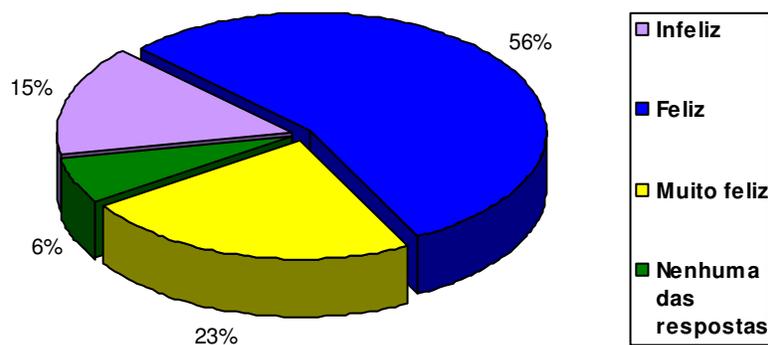


Gráfico 4.7 – Sentimento em relação à moradia no local

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

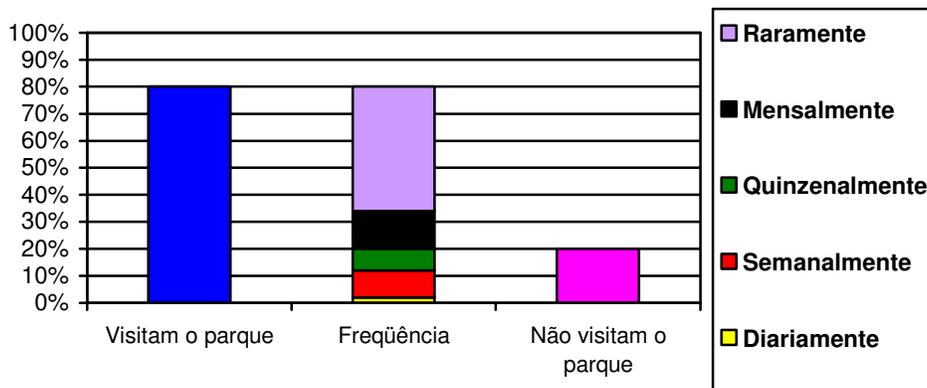


Gráfico 4.8 – Visitação na Unidade

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

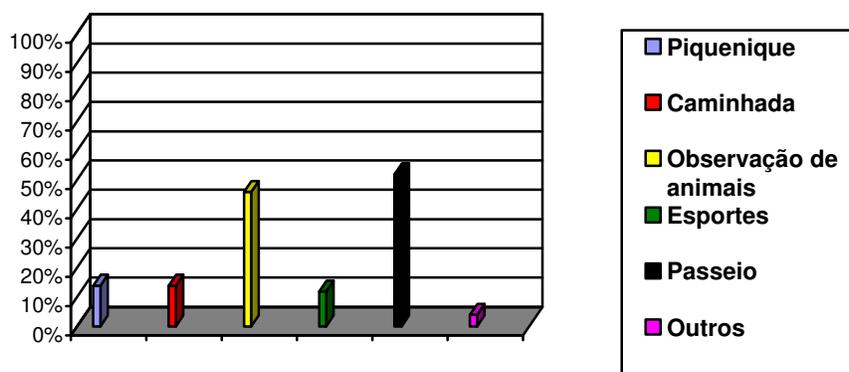


Gráfico 4.9 – Usos da Unidade

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

A infra-estrutura nos arredores do Morro do Urubu caracteriza-se, dentre outros, pela falta de saneamento básico e muitas construções precárias e improvisadas (devido ao grande número de assentamentos subnormais) na região do Porto Dantas e Coqueiral. Muito dessas construções se deve pelo fato de a comunidade não ter conhecimento que a área é de proteção ambiental, ou mesmo sabendo, não estão sensibilizadas para tal, mesmo julgando importante a conservação. Casos de atuação da Polícia Ambiental, Defesa Civil e do órgão estadual de meio ambiente são freqüentes, mas há insistência de alguns moradores em permanecer nos locais oficialmente protegidos e de alto risco, por serem de formação geológica frágil, onde o risco de desabamentos é grande.

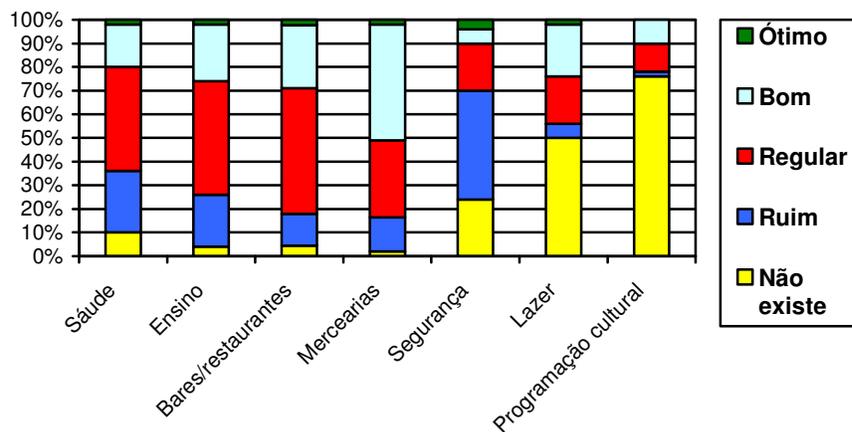


Gráfico 4.10 - Avaliação de infra-estrutura e serviços locais

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

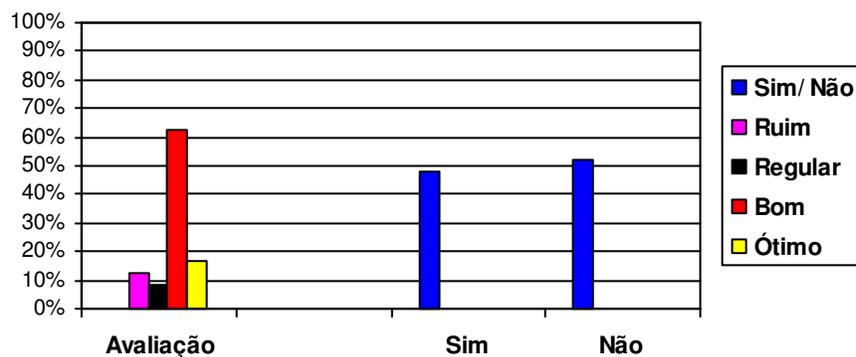


Gráfico 4.11 – Conhecimento da Área de Proteção Ambiental

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

Ao serem questionados acerca da APA, 52% dos entrevistados da comunidade afirmaram não ter conhecimento de que o Morro é uma área de proteção ambiental. Por outro lado, 62,5 % dos que tinham esse conhecimento julgaram a área Boa, como pode ser visto no gráfico 4.11. No entanto, os aspectos positivos mencionados para esta avaliação relacionam-se, em sua maioria, a situação do parque. Foram citados como positivos a questão do parque está bem cuidado, o contato com a natureza, a oportunidade de ver os animais e a beleza cênica do local.

Os aspectos negativos mencionados referem-se à falta de respeito pela população, à necessidade de melhorias, a falta segurança e a utilização da área para esconderijo para bandidos.

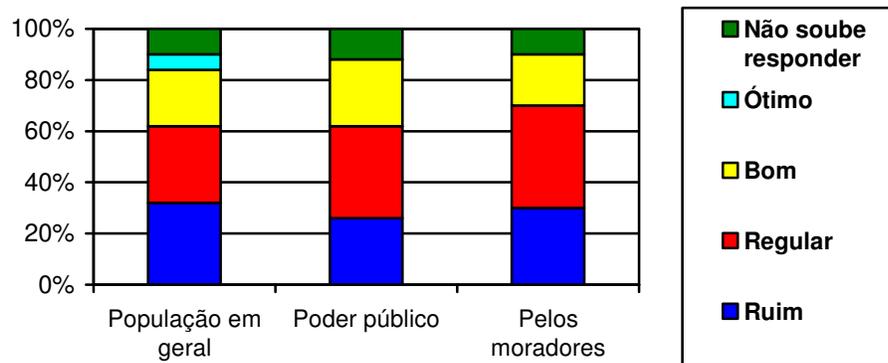


Gráfico 4.12 - Avaliação da preservação da APA e do Parque da Cidade

Fonte: Pesquisa realizada, 2007.

4.3.2 Órgão Público de Meio Ambiente

Em entrevista com o órgão responsável pela Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –SEMARH, acerca dos usos e conflitos na unidade de conservação, foi possível identificar que a comunidade também utiliza a área com atividades relacionadas à ocupação desordenada e à moradia ilegal, resultando no desmatamento da mata atlântica, o que implica em crime ambiental, de acordo com a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e com os artigos 40 e 50 - A da lei nº 6.905, de 12 de fevereiro de 1998, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. O artigo 40 fala da implicação de dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e a outras áreas protegidas legalmente. Já o artigo 50 –A trata propriamente do desmatamento, exploração economicamente ou degradação florestal, seja ela plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.

Há também na área, casos de atividades agrícolas não autorizadas, retirada de materiais como areia e a criação de uma lixeira.

Muitos desses conflitos e usos são conseqüências da exclusão social e da situação da moradia referente principalmente à renda dos moradores, já mostrado anteriormente, além da infra-estrutura básica e serviços no local.

Para a mitigação dos problemas mostrados neste item e no 5.3.1, relacionados à não conservação da unidade que resultam na não concretização dos objetivos determinados no SNUC para uma APA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2007 começou a, de fato, pensar a gestão na APA Morro do Urubu. Conforme o Sistema de Gestão Ambiental para a APA Morro do Urubu (2005), até então não havia uma administração estruturada para a área capaz de atender as demandas locais.

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu foi decretada em 14 de junho de 1993 (Decreto nº 13.713), não tendo sido realizada consulta pública para a criação da mesma.

Diante da realidade do local, o atual governo está desenvolvendo ações para a gestão da área como um todo. A primeira incitativa do mesmo para a APA foi a indicação de um técnico para a gestão da área. Outras ações foram realizadas com o comprometimento de gerir melhor o local a fim de minimizar os conflitos, como reuniões com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário – DEAGRO – para firmar parcerias, uma vez que a mesma é responsável pelo Parque da Cidade, visitas ao local para reconhecimento da situação atual da área e das comunidades do entorno, além de sinalização da área, mostrando a delimitação do polígono da mesma.



Figura 4.16 – Placa de identificação da APA e do Parque José Rollemberg Leite

Fonte: Joyce Pinto, 2007.

Pretende-se, ainda, criar uma sede administrativa no local e um pólo de educação ambiental e pesquisa, firmando parcerias com instituições como Universidade Federal de Sergipe, Universidade Tiradentes, Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, Polícia Ambiental, dentre outros.

Como já foi mencionado, em 2006, foi realizada uma reforma nas instalações do Parque José Rollemberg Leite, ou Parque da Cidade, que melhorou alguns aspectos a serem utilizados para o turismo no local e para a própria gestão da unidade. Fora isso, a própria elaboração de um Diagnostico Ambiental e de um Plano de Gestão para a APA caracterizaram-se como uma importante ação para a gestão da área.

Quando questionado acerca do desenvolvimento do ecoturismo na área, foi afirmado pelo gestor que o local possui aspectos positivos para a prática da atividade. Por outro lado, a criação do pólo de educação ambiental pode colaborar muito para o desenvolvimento do ecoturismo no local.

Em pesquisa no site da SEMARH, pôde-se identificar na matéria Secretário visita APA do Morro do Urubu (SERGIPE, 2008), o interesse do órgão administrador da unidade em implantar o ecoturismo como atividade alternativa para a conservação do local. Segundo a matéria, “Será feita uma gestão compartilhada entre os dois órgãos. Com a união de esforços entre a SEMARH e a EMDAGRO, a APA do Morro do Urubu, será utilizada

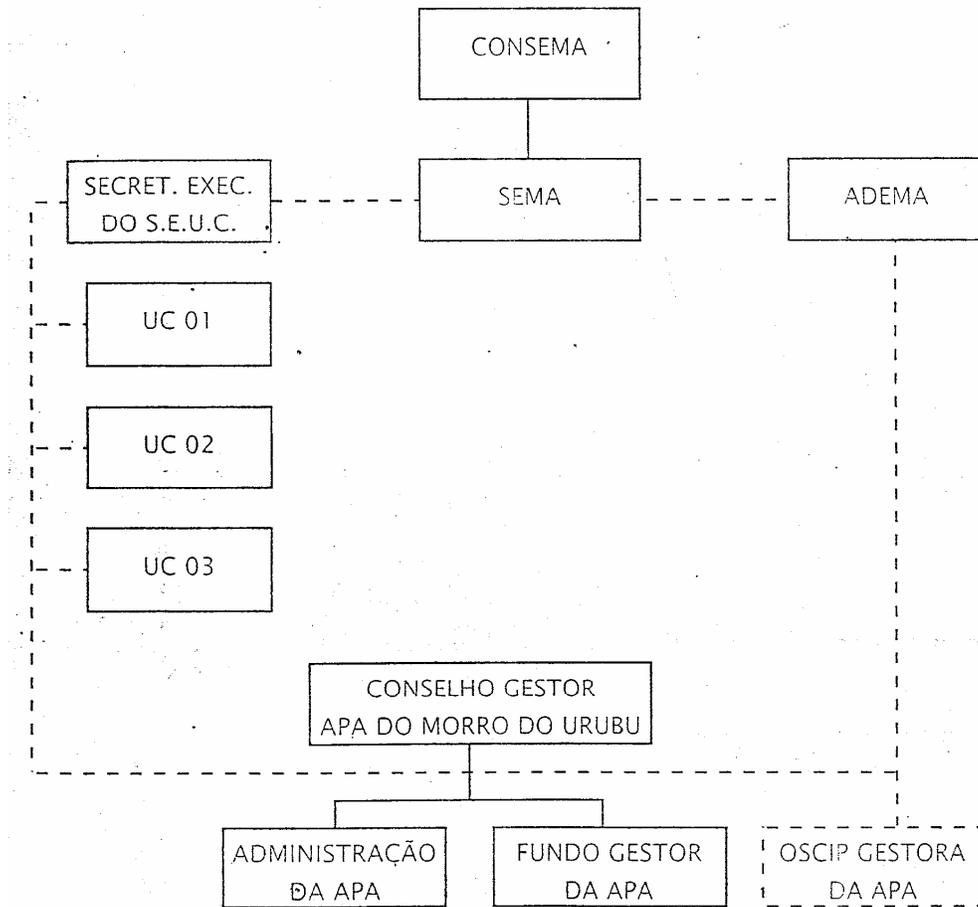
para fins de estudos e pesquisas científicas, educação ambiental, como também, fonte de lazer e ecoturismo”.

4.3.2.1 Sistema de Gestão Ambiental para APA Morro do Urubu

O Plano de Gestão da APA Morro do Urubu traz algumas propostas para o sistema de gestão da área. De acordo com o decreto nº 15.405, de 13/06/1995, a administração da APA é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no entanto até o ano de 2006, a unidade estava sob cuidados da ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente), responsável pela fiscalização e licenciamento ambiental no Estado de Sergipe.

Com a reestruturação da SEMA, atualmente denominada SEMARH, a administração do Morro do Urubu está sob responsabilidade desta.

O Plano de Gestão da unidade propõe para a melhoria da administração das unidades de conservação estaduais, sobretudo a APA Morro do Urubu, a criação e a implantação de um Sistema Estadual de Unidades de Conservação, vinculado a SEMARH, no mesmo nível hierárquico da ADEMA e não subordinado, como pode ser visualizado na figura 4.17.



Fonte: COOTRAM, 2005.

Figura 4.17 – Proposta Organizacional para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e para a Gestão Ambiental da APA Morro do Urubu

4.3.3 Órgão Público de Turismo

De acordo com o representante da Secretaria do Turismo de Sergipe, o Ecoturismo está entre os três segmentos priorizados pela política pública estadual de turismo, considerando a diversidade do potencial natural nas áreas de exploração, além do ecoturismo é trabalhado o Turismo de Sol e Praia e o de Negócios e Eventos. Entre os produtos que exploram o Ecoturismo pode-se destacar a Rota Aracaju-Xingó, a Rota Costa

das Dunas e Manguezais, o Roteiro Xingó, Roteiro Segredos de Tieta, Roteiro Trilhas de Pirambu e Roteiro Foz do Rio São Francisco.

Ao ser questionado se o poder público, ao desenvolver esses roteiros, leva em consideração os princípios do ecoturismo de inserção da comunidade e a preservação do ambiente, o assessor técnico da SETUR complementou que, no início do ano 2007, a Secretaria de Estado do Turismo reuniu a cadeia produtiva representada pelos membros do Fórum Estadual de Turismo, *trade* turístico, Sistema “S”, representantes de classes, ONG’s e OSCIP’s, Instituições de ensino e Instituições financeiras para discutir o planejamento do setor ao longo de quatro anos, com ações distribuídas em cinco programas estratégicos: Satisfação do Turista, Excelência na Gestão do Turismo, Inclusão Social pelo Turismo, Cadeia Produtiva do Turismo e Competitividade do Turismo.

Segundo ele, é possível perceber o envolvimento da comunidade no Programa de Excelência na Gestão do Turismo onde foi priorizado a institucionalização das instâncias de Governança nas regiões turísticas do Estado com formato tripartite permitindo o envolvimento do poder público, setor privado e terceiro setor, como os Conselhos de Turismo, que adotam critérios e diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE.

Quanto à preservação dos ambientes, ele afirma que se torna assegurada em diversas ações. Por exemplo, os municípios do Pólo Costa dos Coqueirais que ainda não haviam elaborado seus planos diretores puderam fazê-lo com recursos do PRODETUR/NE, garantindo as aprovações de leis de controle do uso do solo e dos recursos naturais bem como planejando o desenvolvimento e futuro das comunidades.

O desafio para o ano 2008 é reunir o público de interesse para rediscutir os roteiros turísticos e avaliar o nível de envolvimento das comunidades locais e o impacto da geração de renda. Um bom exemplo é a articulação com o DEAGRO para fortalecer o

Turismo Rural na Agricultura Familiar, otimizando o uso de produtos típicos regionais e valorizando produções como a mandioca, apicultura, ovinocaprinocultura, entre outros.

Em relação à responsabilidade para com uma Área de Proteção Ambiental e a venda de roteiros turísticos nessas unidades e em ambientes naturais em geral, ele comenta que é dever tanto dos órgãos públicos de turismo e meio ambiente, turistas e moradores preservar a área. Além disso, deve haver respeito à legislação ambiental, e a sustentabilidade das áreas naturais exploradas pelo turismo. O Estado de Sergipe tem seu potencial turístico associado aos recursos naturais, indicando que o controle do uso desses recursos deve estar presente em todas as discussões acerca do desenvolvimento do setor.

Sobretudo, ele afirma que as áreas de proteção ambiental são assim destinadas por exigir uma atenção maior em relação à exploração, devendo ser observado o tipo de proteção definida para algumas áreas, já que atualmente vem aumento o recorte geográfico das áreas de proteção ambiental, e deve-se ponderar que a preservação, respeito e controle do uso dos recursos naturais e do patrimônio cultural não está em torná-los intocáveis, mas em orientar suas limitações e as possíveis formas de uso.

Dessa forma, ele julga a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu uma área com um apelo natural, além de estar inserida na capital Aracaju, considerada o grande portão de entrada do turismo no Estado e que oferece também equipamentos e serviços que permitem satisfatoriamente a visita de turistas ao local. Para ele, o próximo passo importante para inseri-lo nas rotas turísticas, pode ser o envolvimento ou sensibilização dos gestores da área com agentes de turismo receptivo, visto que estes são responsáveis pela comercialização dos produtos turísticos. Assim, o local torna-se preparado para ser comercializado tanto nas esferas local, estadual e nacional, conforme ele.

Atualmente, não existem projetos por parte da secretaria de Turismo para se trabalhar o turismo no local especificamente. No entanto, o representante comenta que no âmbito da política pública estadual de turismo, o desenvolvimento do Ecoturismo é visto de forma regionalizada e não direcionada a determinadas áreas, nesse contexto a área pode

perfeitamente ser beneficiada com as ações de estruturação do Turismo promovidas pela Secretaria de Estado do Turismo em parceria com o Ministério do Turismo, desde que busquem o Órgão Oficial de Turismo para entender as formas de parceria e colaboração e procurem otimizá-las para sua área. Como exemplo, pode-se citar a realização de oficinas de qualificação do setor, orientadas para diversos segmentos, oficinas de roteirização do turismo, entre diversos trabalhos de sensibilização e mobilização, nos quais os servidores turísticos da APA do Morro do Urubu poderão ser inseridos.

4.3.4 Agências de Turismo Receptivo

A pesquisa com agências de receptivo do Estado de Sergipe teve o intuito de levantar informações acerca de alguns indicadores, como a visibilidade destas em relação aos roteiros ecoturísticos existentes no Estado de Sergipe e contexto da conservação dos mesmos, o conhecimento dos operadores destas agências em relação à área de estudo deste trabalho e o interesse e opinião na implantação e comercialização da APA Morro do Urubu.

Quando questionadas sobre seus conhecimentos acerca do atual desenvolvimento ecoturístico em Sergipe, a maioria das agências concorda que o segmento é uma opção rentável e propensa ao crescimento no Estado. No entanto, duas agências afirmaram não existir roteiros para o ecoturismo. Uma delas se ateve à afirmação de que as agências do Estado não trabalham com ecoturismo, enquanto outra comentou que até existem roteiros potenciais, mas que as empresas não exploram de forma a relacionar a atividade com os cunhos educacional e conservacionista, premissas do ecoturismo.

Apenas uma agência não respondeu se acha importante a preocupação com a venda de roteiros turísticos em ambientes naturais, as demais concordaram que é necessário o planejamento sustentável da atividade. As mesmas citaram que devem ser levados em consideração aspectos como a sensibilização do *trade* e da comunidade envolvida, a

educação ambiental, estudos de capacidade de carga turística, recolhimento do lixo, formação de guias mirins locais e projetos de reflorestamento, por exemplo.

De acordo com a pesquisa, notou-se que nenhuma agência tinha conhecimento de que a área era uma unidade de conservação. Alguns sabiam do local por relacionar com a existência do zoológico, e mesmo assim, não costumam nos dias atuais visitar o parque, mesmo depois da reforma.

Ao serem abordados sobre a questão de quem tem responsabilidade para com uma Área de Proteção Ambiental, foi unânime que o órgão ambiental é e deve ser o principal responsável. No entanto, 60% dos entrevistados afirmaram que o órgão de turismo e os moradores também devem ter esta responsabilidade e 50% concordam que este dever é também dos turistas.

Quatro agências responderam a questão sobre a visão de possibilidade de implantação do ecoturismo na APA Morro do Urubu. Destas, 75% afirmaram que é possível a implantação da atividade no local. Dentre os aspectos positivos para tal implantação, comentaram a questão do acesso e da localização, a possibilidade de trabalhar com educação ambiental em escolas da cidade, a existência de espaços para lazer dentre outros atrativos, como a visibilidade do alto do morro. No entanto, eles julgam necessário para o desenvolvimento da atividade na APA alguns fatores como: melhoria na infraestrutura de lazer e serviços turísticos, iniciativa e comprometimento do poder público e divulgação.

Diante das entrevistas, 60% das agências demonstraram interesse em comercializar a APA Morro do Urubu, principalmente nas esferas local e regional, inicialmente.

4.4 Propostas para a implementação do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu

Em análise sobre o potencial e a situação dos atrativos e infra-estrutura da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, chegou-se a alguns resultados que podem ser visualizados no quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Análise das potencialidades identificadas na APA Morro do Urubu

POTENCIALIDADES	Situação Atual	Relevância para o ecoturismo local	Sugestões e propostas para o desenvolvimento do ecoturismo
Áreas naturais de lazer no Parque Estadual José Rollemberg Leite	Áreas conservadas do ponto de vista da manutenção, sendo comprometida em fins de semana e feriados ou eventos realizados no local.	Possibilidade de trabalhar com a interpretação ambiental.	Aumentar o número de funcionários (locais) para manutenção em dias de maior movimento. Melhorar a segurança.
Biodiversidade	Elevado grau de desmatamento, ocupação desordenada e invasão nas porções inferiores do Morro, utilização de agricultura não autorizada.	Espaço potencial para a implementação de trilhas (e outros esportes de aventura) e observação da flora e fauna, além de possibilidade de trabalhar com interpretação ambiental.	Promover o reflorestamento das áreas mais degradadas da mata atlântica, trabalhando inclusive a educação ambiental com os moradores e visitantes.
Zoológico	Jaulas recém-reformadas e/ou ampliadas, porém ainda de má qualidade para certos animais. Poucos profissionais especializados.	–	Melhorar as condições de vida de alguns animais, trabalhar o controle de visitação em vistas de estresse dos mesmos. Promover mais visitas orientadas para trabalhar educação ambiental.
Estrutura de apoio para a atividade e ações de educação ambiental no Parque	Estruturas conservadas, bem idealizadas, porém sem funcionamento.	Possibilidade de utilização para práticas de educação ambiental, pesquisa científica, centro de visitação, atividades socioculturais e econômicas, estágio.	Viabilizar projetos de educação ambiental e programas de voluntariado e pesquisa científica no local a fim de ativar as estruturas.

POTENCIALIDADES	Situação Atual	Relevância para o ecoturismo local	Sugestões e propostas para o desenvolvimento do ecoturismo
Centro hípico	Utilização para cuidados e treinamento aos animais da cavalaria da Polícia Militar do Estado de Sergipe.	–	Trabalhar a questão da relação homem-natureza, de bons tratos aos animais. Além de beneficiar a segurança no local.
Mirante	Interessante atrativo por proporcionar a visualização de belas paisagens.	Proporciona a vinda de visitantes para o local, mesmo que não atendendo aos propósitos do ecoturismo.	Promover atividades de educação ambiental, abordando as questões de degradação ambiental na cidade vista de lá do alto.
Teleférico	Interessante atrativo para o parque, em boa condição de manutenção.	Proporciona a vinda de visitantes para o local, mesmo que não atendendo aos propósitos do ecoturismo.	Atrelar a educação ambiental à visitação ao equipamento. Provocar o conhecimento de que o local é uma área de proteção ambiental e sua importância.
Equoterapia	Trabalho social de terapia de excepcionais através de equinos.	–	Trabalhar a questão da solidariedade e da relação homem-natureza.
Localização e Acesso	Proximidade ao centro de Aracaju, de serviços turísticos e meios de hospedagem e a Ponte Construtor João Alves.	Possibilidade de ser inserido em roteiros no litoral Norte do Estado.	Inserir o local nos (ou em um dos) roteiros Trilhas de Pirambu, Xingó e Cidades Históricas.

Fonte: Elaborado por Joyce Pinto, 2007.

Uma vez transformado em produto turístico, o local pode ser integrado aos roteiros Xingó, Trilhas de Pirambu e Cidades Históricas. Tais produtos se tornam possíveis tanto devido aos municípios abrangentes como aos segmentos turísticos desenvolvidos. No entanto, o atrativo se encaixa melhor nos dois últimos roteiros (Cidades Históricas e Trilhas de Pirambu). Visto que a última reforma contemplou a APA com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, a Secretaria de Estado da Cultura tem interesses em implementar o turismo religioso e cultural na área, podendo então a área ser facilmente agregada ao roteiro das Cidades Históricas. Em relação ao roteiro Trilhas de Pirambu, a atividade que pode ser desenvolvida na APA atrelada a localização da mesma favorece também a inserção do Morro do Urubu neste roteiro.

Uma vez que se encontra inserido no perímetro do Pólo Costa dos Coqueirais, o único implantado no Estado e composto pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhi, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, pode receber atenção dos envolvidos, além de benefícios para a implementação do ecoturismo no local, melhorando inclusive a infra-estrutura e serviços básicos, necessários tanto para a população local quanto para os turistas.

Segundo o assessor técnico da SETUR,

“no âmbito da política pública estadual de turismo, o desenvolvimento do Ecoturismo é visto de forma regionalizada e não direcionada a determinadas áreas, nesse contexto a área pode perfeitamente ser beneficiada com as ações de estruturação do Turismo promovidas pela Secretaria de Estado do Turismo em parceria com o Ministério do Turismo, desde que busquem o Órgão Oficial de Turismo para entender as formas de parceria e colaboração e procurem otimizá-las para sua área”.

Dessa forma, agentes responsáveis ou envolvidos com a área podem estar participando das oficinas de qualificação do setor, orientadas para diversos segmentos, além das oficinas de roteirização do turismo e diversos trabalhos de sensibilização e mobilização.

Esses trabalhos se tornam relevantes para o planejamento do ecoturismo no local, uma vez que promovem a participação das populações no processo. No caso da APA Morro do Urubu, que a maioria da comunidade não tem conhecimento de que o local é uma unidade de conservação, tampouco despertou para o valor socioambiental da área, as oficinas, que devem acontecer mediante parceria com a SEMARH e outras instituições do poder público das áreas de educação, saúde, segurança etc, tem o papel também de divulgar informações acerca da situação do local e promover discussões, fomentando o senso de associativismo e cooperativismo da população. Tais ações servem para minimizar alguns impactos negativos relacionados ao meio ambiente natural e à conservação do mesmo, assim como a aspectos socioeconômicos do entorno.

Essas iniciativas podem e devem ser trabalhadas, inclusive, no conselho gestor da APA, que não existe e, por lei, deve existir e funcionar. Dessa forma, as questões sociais que interferem na conservação da APA podem ser trabalhadas a fim de que os objetivos da mesma sejam cumpridos, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores do entorno.

Por envolver diversos segmentos da economia, o turismo também necessita da iniciativa privada. Assim, esta pesquisa contemplou algumas agências de turismo receptivo do estado de Sergipe. Conforme a pesquisa, para o desenvolvimento do ecoturismo inserindo as agências de receptivo se torna necessário a sensibilização dos empresários e agentes quanto a existência da área protegida e à importância da conservação ambiental e inclusão social na implementação da atividade. Este trabalho também deve ser contemplado em parceria com as instituições do poder público, iniciativa privada e terceiro setor.

A partir do diagnóstico elaborado e dos aspectos levantados que servem de subsídio para o desenvolvimento do ecoturismo na APA Morro do Urubu, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Melhorar as condições de ensino, saúde, saneamento e segurança dos bairros de influência direta da APA Morro do Urubu;
- Proporcionar cursos de qualificação e capacitação profissional ligados a cadeia produtiva do turismo;
- Caracterizar e contextualizar a região da APA para a comunidade, mostrando seus atributos naturais, sociais, culturais e seus principais problemas;
- Sensibilizar a população do entorno e a população em geral para a importância da preservação da APA;
- Sensibilizar órgãos públicos e iniciativa privada para a necessidade de ações com responsabilidade sócio-ambiental no local.
- Criar estrutura de administração da APA no local, inclusive com parcerias de OSCIPs e comunidade local;
- Promover a fiscalização dos usos indevidos no local, se possível pela própria comunidade e com parceria da Polícia Ambiental;

- Proporcionar geração de emprego e renda através de atividades ligadas a conservação natural;
- Proporcionar ações de fomento a criação de cooperativas nas comunidades do entorno;

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

Embora a atividade ecoturística ainda esteja incipiente em Sergipe, observa-se certo potencial para o desenvolvimento do segmento no Estado, tanto devido aos recursos naturais existentes quanto à necessidade de alternativas sustentáveis para a geração de emprego e renda para a população e para a conservação destes recursos.

Observou-se com o estudo, certo interesse por parte do poder público e da iniciativa privada em implementar e comercializar o ecoturismo. Visto que a maior parte dos roteiros estabelecidos e comercializados em Sergipe contempla ambientes naturais, o ecoturismo apresenta-se como um dos três segmentos prioritários definidos pelo Plano Estratégico do Turismo de Sergipe 2007-2010. De acordo com as estratégias e premissas deste documento, a primeira linha de ação prevê a criação e a consolidação de um produto diferenciado e competitivo ao nível de Nordeste. Este produto deverá se caracterizar pela combinação de três elementos: entretenimento, ecologia e educação.

Foram identificadas algumas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, sobretudo para o ecoturismo, uma vez que a atividade pode ser uma alternativa bastante eficaz para o desenvolvimento local das áreas de influência da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu e para a conservação ambiental deste espaço natural. O local apresenta áreas naturais de lazer no Parque Municipal José Rollemberg Leite, biodiversidade, zoológico, estrutura de apoio para a atividade e ações de educação ambiental no Parque, centro hípico, mirante, teleférico, equoterapia, além de localização e acesso favoráveis.

Observou-se, ainda, que o planejamento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, de acordo com seus princípios, torna-se possível pelo interesse dos órgãos públicos de turismo e de meio ambiente.

A pesquisa também apontou como possibilidade para o desenvolvimento da atividade no local de estudo, a necessidade de conservação da área – uma vez que é remanescente de mata atlântica e uma unidade de conservação. Além disso, a população

possui características de fragilidade sócio-econômica, o que pode ser amenizado com o desenvolvimento do ecoturismo.

Em se tratando da comercialização do produto, conclui-se que, mesmo não tendo conhecimento do local, a maioria das agências de turismo receptivo vê a possibilidade e tem interesse num novo produto ecoturístico para o mercado sergipano, principalmente por se tratar de um segmento pouco explorado no Estado.

No entanto, a falta de projetos que trabalhem com a inclusão das comunidades do entorno da APA Morro do Urubu, tanto no beneficiamento socioeconômico quanto em ações que visem à sensibilização e a aproximação destas com a área pode comprometer a implantação e consolidação do local como produto turístico.

Da mesma forma, a falta de comprometimento dos órgãos públicos envolvidos e da iniciativa privada também podem tornar-se ameaças ao novo produto ecoturístico no Estado de Sergipe

Assim, as diretrizes estabelecidas neste trabalho podem proporcionar o surgimento de ações e projetos envolvendo os três setores através de parcerias para que o desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu seja possível e viável, do ponto de vista econômico, social e ambiental, o tripé básico para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Desenvolvimento Sustentável: problema global. In: _____. **Fronteiras da Globalização**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 134-140.

ANDRADE, José Roberto de. Cenários de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística do Município de Aracaju. In: FALCÓN, Maria Lucia (org). **Cenários de Desenvolvimento Local: Estudos das Cadeias Produtivas de Aracaju**. Aracaju: SEPLAN, 2003. Vol II.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão ambiental** : enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional – Planejamento Integrado e Desenvolvimento Sustentável do Turismo. In: LAGE, Beatriz & MILONE (orgs), Paulo. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, DF, 18 JUL 2000

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Turismo de aventura: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília:Ministério do Turismo, 2006.48 p.

Câmara aprova criação do Instituto Chico Mendes. Disponível em www.mma.gov.br. Acesso em 10/08/2007.

CAMARGO. Ana Luiza. Sustentabilidade: entraves globais e reflexões. In: _____. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003. p. 113-124.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

Cartilha Segmentação Turística. Disponível no site www.turismo.gov.br.

COOTRAM. **Diagnóstico Ambiental** – Bases para a Elaboração do Plano de Gestão da APA Morro do Urubu. ADEMA: Aracaju, 2004.

COOPER, Chris et al. **Turismo: Princípios e Práticas**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Patrícia Cortes. **Unidades de Conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DALE, Paulo. **Definindo ecoturismo... Para que? Para quem?** In: NEIMAN, Zysman ; MENDONÇA, Rita (orgs). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003 a.

_____. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003 b.

_____. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

EMBRATUR/ FIPE. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil**. Brasília, 12 de setembro de 2006.

GOMES. Patrício Melo. **(Eco) turismo: uma (re) leitura dos discursos**. Brasília: MMA/IBAMA, 2003.

GOMES, L. J. ; SANTANA, Valdineide Barbosa . **Unidades de Conservação no Estado de Sergipe**. Revista da Fapese, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 101-111, 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. São Paulo: Thomsom, 2003.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LAGE, Beatriz Helena G. e MILONE, Paulo César. **Fundamentos econômicos do turismo**. In: _____ (org). Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria , MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LINCKORISH, Leonard J. e JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Trad. Fabiola de Carvalho. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINDBERRG, Kreg; HAWKINS, Donald. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Trad. Leila Cristina Darin. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

MENDONÇA, Rita ; NEIMAN, Zysman. (org) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MENEZES, Luis Carlos de. **Uso sustentável da Será de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?** São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004. 192 p. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

MTUR. Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão. 2007-2010. Brasília, 2007.

PELLEGRINI, Américo Filho. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: Planejamento e Gestão**. 6 ed. São Paulo: Futura, 2002.

_____. **Gestão de Pólos Turísticos**

Protocolo de Quioto: segunda fase deve ser mais rigorosa. Disponível no site www.wwf.org.br. Acesso em 10/08/2007.

Recursos do PAC beneficia o meio ambiente. Disponível em www.sema.se.gov.br. Acesso em 30/07/2007.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, Maria das Graças. CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (orgs). O Estudo da Política: estudos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1999.

SCHERI, Lea M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e Limitações. IUCN, 2006.

SEABRA, Giovani. **Ecos do Turismo:** o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001(Coleção Turismo).

SERGIPE. Decreto nº 13.713 de 14 de junho de 1993. Institui a criação da área de Proteção Ambiental Morro do Urubu. Aracaju, 14 jun 1993.

_____. Decreto nº 15.405 de 13 de julho de 1995. Altera os artigos 2º e 4º do Decreto 13.713 de 14 de junho de 1993, que institui Área de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

SEPLAN/ PMA. Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais. Aracaju: SEPLAN/ PMA, 2001.

SETUR. Plano Estratégico do Turismo em Sergipe. 2007-2010. Aracaju, 2007.

SETUR/ SUPERTUR. Sistema de Informações Turísticas de Sergipe: Indicadores do Subsistema de Informações Hoteleiras. Aracaju, janeiro a agosto de 2007.

SILVA, Kercy da Cunha Teixeira. **O urbano, o rural e o ambiental nas transformações do Bairro Porto Dantas, no norte da cidade de Aracaju-SE.** São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004.134 p. Dissertação de mestrado em Geografia.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.**

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA A COMUNIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

1 Sexo () Feminino () Masculino

2 Há quanto tempo reside no local? _____

3 Trabalha no local? () Sim () Não Onde? _____

4 Como se sente morando no local?

() Infeliz () Muito feliz

() Feliz () N/R.

5 O que você acha dos serviços disponíveis na localidade?

Saúde () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

Escola () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

Bares () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

Mercearias/supermercados () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

Segurança () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

Lazer () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

6 Você visita o parque? () Sim () Não

() Diariamente () Semanalmente

() Quinzenalmente () Mensalmente

() Raramente

7 O que você faz no parque?

- Faço piquenique Caminhada
 Observo os bichos Pratico esportes Passeio Participo de eventos
Outros _____

8 Você tem conhecimento da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu? Sim Não

Qual a opinião sobre ela? Ruim Regular Bom Ótimo. Justifique:

9 Como avalia a preservação do parque e da área total?

- Pela população em geral (aracajuanos)? Ruim Regular Bom Ótimo
- Pelo poder público? Ruim Regular Bom Ótimo
- Pela iniciativa privada? Ruim Regular Bom Ótimo
- E pelos moradores? Ruim Regular Bom Ótimo

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

1 Como se caracteriza o desenvolvimento do ecoturismo hoje no Estado? Existem roteiros para essa prática?

2 O poder público ao desenvolver esses roteiros levam em consideração os princípios do ecoturismo de inserção da comunidade e a preservação do ambiente?

3 Caso sim, que estratégias são utilizadas para a realização destes princípios?

4 Na sua opinião, quem tem responsabilidade para com uma Área de Preservação Ambiental?

() órgão ambiental () órgão de turismo () turistas () moradores () Outros
Quem mais? _____ * Pode marcar mais de um.

5 Na sua opinião, deve haver preocupações com a venda de roteiros turísticos em áreas naturais? E com relação às áreas de proteção ambiental?

Quais? _____

6 Você vê possibilidade de implantação do ecoturismo na Área de Preservação Ambiental Morro do Urubu? () Sim () Não

Por que? _____

7 Caso sim, levando em conta a oferta turística, como poderia ser comercializado o “produto” ecoturístico na APA?

() âmbito local () Estadual () Nacional () Internacional

8 Existe algum projeto por parte da secretaria para se trabalhar o turismo no local? Que cuidados você percebe que deve ter ao implantar a atividade numa unidade de conservação?

9 Você acha que seu setor poderia colaborar para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo na área? De que forma?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

- 1 Quais os conflitos existentes na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu?
- 2 Que estratégias são utilizadas para minimizar esses conflitos?
- 3 A comunidade foi consultada a respeito da criação da UC? Como se deu esse processo?
- 4 Qual a estrutura administrativa da UC?
- 5 Existe controle de visitação no local?
- 6 Qual a opinião do poder público ambiental acerca do desenvolvimento do ecoturismo (levando em conta os princípios de inserção da comunidade e preservação do local) da atividade na área?
- 7 Que ações foram desenvolvidas este ano no âmbito de gestão da unidade?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGÊNCIAS DE TURISMO RECEPTIVO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

1 De acordo com seus conhecimentos acerca do turismo no Estado, como se caracteriza o desenvolvimento do ecoturismo atualmente em Sergipe? Existem roteiros para essa prática?

2 Você considera importante a preocupação com a venda de roteiros turísticos em áreas naturais? E com relação às áreas de proteção ambiental?
Quais? _____

3 O trabalho em destaque tem como área de estudo a Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu. Você tem conhecimento da mesma?
() Sim () Não
Qual a opinião sobre ela? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo. Justifique: ____

4 Na sua opinião, quem tem responsabilidade para com uma Área de Preservação Ambiental?
() órgão ambiental () órgão de turismo () turistas () moradores () Outros
Quem mais? _____ * Pode marcar mais de um.

5 Você vê possibilidade de implantação do ecoturismo na Área de Preservação Ambiental Morro do Urubu? () Sim () Não
Por que? (vantagens e desvantagens)

6 Você comercializaria o produto ecoturístico da APA Morro do Urubu?
() Sim () Não
Porque?

Em que esfera?

() regional () nacional () internacional

7 O que você julga necessário ser feito para a implantação do ecoturismo local?



APÊNDICE E – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ÁREA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

1 Infra-estrutura

- Bar e/ou restaurante
- Sala para palestras
- Centro de recepção aos visitantes
- Cestas de lixo
- Posto policial
- Orelhão
- Estacionamento

2- Localização

3 Paisagem natural

4 Áreas livres

5 Problemas (situação fundiária, plano de manejo,

6 Potencialidades e elementos para o ecoturismo

7 Cenários futuros